COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES

COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES

Documentos

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota

SGAS - SUBSECRETÁRIA GERAL DA AMÉRICA DO SUL

DAS - DEPARTAMENTO DA AMÉRICA DO SUL

COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES

Documentos

BRASÍLIA 2005

Livro da Casa 2º.pmd 5 24/11/2005, 14:18

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3322 2931, 3322 2188
Site: www.funag.gov.br
E-mail: pub1icacoes@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Programação Visual e Diagramação:
Paulo Pedersolli

Impresso no Brasil 2005

Comunidade Sul-Americana de Nações: documentos. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.
254 p.

1. Comunidade Sul-Americana de Nações. 2. América do Sul – Integração econômica.
I. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 341.17(8)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Decreto n° 1.825 de 20.12.1907

Sumário

Comunidade Sul-Americana de Nações
Documentos

Documentos aprovados na III Reunião de Presidentes da América do Sul (Cusco, 8 de dezembro de 2005)

Declaração de Cusco 13

Declaração de Ayacucho 19

Documentos aprovados na I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações (Brasília, 30 de setembro de 2005)

Declaração Presidencial e Agenda Prioritária 25

Programa de Ação 33

Declaração sobre a Convergência dos Processos de Integração da América do Sul 43

Declaração sobre Integração na Área de Infra-estrutura 47

Decisão sobre Propostas apresentadas durante o Diálogo Presidencial .. 53

Decisão sobre Propostas dos Presidentes do Uruguai e da Venezuela 57

Declaração sobre o Seguimento da Cúpula América do Sul – Países Árabes 61

Declaração sobre a Cúpula Comunidade Sul-americana de Nações - União Africana 65

Declaração Conjunta sobre a Colômbia 69

Declarações aprovadas em Reuniões Ministeriais Setoriais

Declaração de Caracas no âmbito da I Reunião de Ministros da Energia da Comunidade do Sul-americana de Nações 73

Declaração de Segurança Cidadã na América do Sul 81

Comunidad Sudamericana de Naciones

Documentos

Documentos aprobados en la III Reunión de Presidentes de América del Sur (Cuzco, 8 diciembre de 2004)

Declaración del Cuzco 93

Declaración de Ayacucho 101

Documentos aprobados en la I Reunión de Jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones (Brasília, 30 septiembre de 2005)

Declaración Presidencial y Agenda Prioritária 107

Programa de Acción 115

Declaración sobre la Convergencia de los Procesos de Integración en América del Sur 125

Declaración en el Área de Infraestructura 129

Decisión sobre las Propuestas presentadas en el Diálogo Presidencial .. 135

Decisión sobre las Propuestas de los Presidentes de Uruguay y Venezuela .. 139

Declaración sobre el Seguimiento de la Cumbre América del Sur-Países Árabes 143

Declaración sobra la Cumbre Comunidad Sudamericana
de Naciones-Unión Africana 147

Declaración Conjunta sobre Colombia 151

Declaraciones aprobadas en las Reuniones Ministeriales Sectoriales

Declaración de Caracas en el Marco de la I Reunión
de Ministros de Energía de la Comunidad Sudamericana
de Naciones 155

Declaración de Seguridad Ciudadana en Sudamérica 163

South American Community of Nations
Documents

Documents approved in the III Meeting of Presidents of South America
(Cusco, 8 December 2004)

Cusco Declaration 175

Ayacucho Declaration 183

Documents approved in the I Meeting of Heads of State of the
South American Community of Nations
(Brasilia, 30 September 2005)

Presidential Declaration and Priority Agenda 189

Program of Action 197

Declaration on the Convergence of Integration Processes
in South America 207

Declaration on Infrastructure Integration 211

DECISION ON THE PROPOSALS MADE DURING THE PRESIDENTIAL DIALOGUE 217

DECISION ON THE PROPOSALS MADE BY THE PRESIDENTES OF URUGUAY AND VENEZUELA 221

DECLARATION ON THE FOLLOW-UP TO THE SOUTH AMERICA/ARAB COUNTIES SUMMIT 225

DECLARATION ON THE SUMMIT SOUTH AMERICAN COMMUNITY OF NATIONS/AFRICAN UNION 229

JOINT DECLARATION ON COLOMBIA 233

DOCUMENTS APPROVED IN SECTORAL MINISTERIAL MEETINGS

DECLARATION OF CARACAS ON THE OCCASION OF THE I MEETING OF MINISTERS OF ENERGY OF THE SOUTH AMERICAN COMMUNITY OF NATIONS 237

DECLARATION ON CITIZEN SECURITY IN SOUTH AMERICA 243

Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações









Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações

Os Presidentes dos países da América do Sul, reunidos na cidade de Cusco, por ocasião da celebração das façanhas libertadoras de Junín e Ayacucho e da convocação do Congresso Anfictiônico do Panamá, seguindo o exemplo do Libertador Simón Bolívar, do Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre, do Libertador José de San Martín, de nossos povos e heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios de seus povos a favor da integração, unidade e construção de um futuro comum, decidimos formar a Comunidade Sul-americana de Nações.

I. A Comunidade Sul-americana de Nações se forma, tomando em conta:

A história compartilhada e solidária de nossas nações, que desde as façanhas da independência têm enfrentado desafios internos e externos comuns, demonstra que nossos países possuem potencialidades ainda não aproveitadas tanto para utilizar melhor suas aptidões regionais quanto para fortalecer as capacidades de negociação e projeção internacionais;

Livro da Casa 2º.pmd 13 24/11/2005, 14:18

O pensamento político e filosófico nascido de sua tradição, que, reconhecendo a primazia do ser humano, de sua dignidade e direitos, a pluralidade de povos e culturas, consolidou uma identidade sul-americana compartilhada e valores comuns, tais como: a democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial e à diversidade, a não-discriminação e a afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias;

A convergência de seus interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e de segurança, como um fator potencial de fortalecimento e desenvolvimento de suas capacidades internas para sua melhor inserção internacional;

A convicção de que o acesso a melhores níveis de vida de seus povos e à promoção do desenvolvimento econômico não pode reduzir-se somente a políticas de crescimento sustentável da economia, mas compreender também estratégias que, juntamente com uma consciência ambiental responsável e o reconhecimento das assimetrias no desenvolvimento de seus países, assegurem uma distribuição de receita mais justa e eqüitativa, o acesso à educação, a coesão e a inclusão social, bem como a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o desenvolvimento das regiões interiores do espaço sul-americano contribuirá para aprofundar o projeto comunitário, bem como para melhorar a qualidade de vida destas zonas que se encontram entre as de menor desenvolvimento relativo.

Seu compromisso essencial com a luta contra a pobreza, a eliminação da fome, a geração de emprego decente e o acesso de todos à saúde e à educação, como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de seus povos;

Livro da Casa 2º.pmd 14 24/11/2005, 14:18



Sua identificação com os valores da paz e da segurança internacionais, a partir da afirmação da vigência do direito internacional e de um multilateralismo renovado e democrático, que integre decididamente e de modo eficaz o desenvolvimento econômico e social na agenda internacional;

A participação comum em sistemas democráticos de governo e a uma concepção da governabilidade, sustentada na participação do cidadão, que incremente a transparência na condução dos assuntos públicos e privados e exerça o poder com estrito apego ao estado de direito, conforme as disposições da Carta Democrática Interamericana, em um marco de luta contra a corrupção em todos os âmbitos;

Sua determinação de desenvolver um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva subregional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais.

Nossa convicção é no sentido de que a efetivação dos valores e interesses compartilhados que nos unem, além de comprometer nossos Governos, somente encontrará viabilidade na medida em que os povos assumam o papel protagonista que lhes corresponde nesse processo. A integração sul-americana é e deve ser uma integração dos povos.

II. O espaço sul-americano integrado se desenvolverá e se aperfeiçoará impulsionando os seguintes processos:

Livro da Casa 2º.pmd 15 24/11/2005, 14:18

- A concertação e a coordenação política e diplomática que afirme a região como um fator diferenciado e dinâmico em suas relações externas.

- O aprofundamento da convergência entre o MERCOSUL, a Comunidade Andina e o Chile, através do aprimoramento da zona de livre comércio, apoiando-se, no que for pertinente, na Resolução 59 do XIII Conselho de Ministros da ALADI, de 18 de outubro de 2004, e sua evolução a fases superiores da integração econômica, social e institucional. Os Governos do Suriname e Guiana se associarão a este processo, sem prejuízo de suas obrigações sob o Tratado revisado de Chaguaramas.

- A integração física, energética e de comunicações na América do Sul como base do aprofundamento das experiências bilaterais, regionais e subregionais existentes, com a consideração de mecanismos financeiros inovadores e as propostas setoriais em curso, que permitam uma melhor efetivação dos investimentos em infraestrutura física para a região.

- A harmonização de políticas que promovam o desenvolvimento rural e agroalimentar.

- A transferência de tecnologia e de cooperação horizontal em todos os âmbitos da ciência, educação e cultura.

- A crescente interação entre as empresas e a sociedade civil na dinâmica de integração desse espaço sul-americano, levando em consideração a responsabilidade social empresarial.

Livro da Casa 2º.pmd 16 24/11/2005, 14:18



III. A Ação da Comunidade Sul-americana de Nações:

A Comunidade Sul-americana de Nações estabelecerá e implementará progressivamente seus níveis e âmbitos de ação conjunta, promovendo a convergência e tendo por base a institucionalidade existente, evitando a duplicação e superposição de esforços e sem que implique novos gastos financeiros.

Os Ministros das Relações Exteriores elaborarão uma proposta concreta de ação que considere, entre outros aspectos, as reuniões de Chefes de Estado como instância máxima de condução política e as de Chanceleres como âmbito de decisão executiva do processo. Os Ministros contarão com a cooperação do Presidente do Comitê de Representantes Permanentes do MERCOSUL, do Diretor da Secretaria do MERCOSUL, do Secretário-Geral da Comunidade Andina, do Secretário-Geral da ALADI e da Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, assim como de outros esquemas de cooperação e integração subregional. As reuniões de Chefes de Estado e de Chanceleres substituirão as denominadas Cúpulas Sul-americanas.

O Governo do Peru exercerá a Presidência Pro Tempore até a realização da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações, que se realizará no Brasil em 2005. A Segunda reunião se realizará na Bolívia.

Assinado na cidade de Cusco, no dia 8 de dezembro de 2004.

Livro da Casa 2º.pmd 17 24/11/2005, 14:18









DECLARAÇÃO DE AYACUCHO 2004









Declaração de Ayacucho 2004

1) Convidados pelo Presidente do Peru, os Chefes de Estado da República da Bolívia, da República Cooperativa da Guiana, da República do Panamá, da República do Suriname, da República Bolivariana da Venezuela, e altos representantes da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Chile, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai participaram dos atos comemorativos dos 180 anos das batalhas de Junín e de Ayacucho, que selaram a independência da América Hispânica e da histórica convocação, de Lima, do Congresso Anfitiônico do Panamá, nas quais se erigem como figuras emblemáticas o Libertador Simon Bolívar e o Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre.

2) Sobre a base da constatação de uma cultura e história compartilhadas, de uma continuidade geográfica, assim como de um futuro de integração, os Presidentes reiteram os ideais de liberdade, igualdade e solidariedade que sustentaram a luta pela independência de nossos povos.

Livro da Casa 2º.pmd 21 24/11/2005, 14:18

3) Há trinta anos, desde a Declaração de Ayacucho de 1974, temos progredido na consolidação da vigência dos direitos humanos, dos valores democráticos e do estado de direito, e continuamos empregando nossos maiores esforços para atingir um desenvolvimento econômico e social sustentado que promova, entre outros aspectos, a justiça social, a liberdade, a igualdade, a tolerância e o respeito ao meio ambiente, tomando em consideração as necessidades urgentes dos mais pobres, assim como os requisitos especiais das economias menores e mais vulneráveis da América do Sul.

4) Hoje, no que foi um dos cenários mais importantes da independência da América Hispânica, saudamos a conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações que materializa a vontade que os Chefes de Estado manifestaram nas declarações de Brasília, em 2000 e de Guaiaquil, em 2002.

5) Nesse sentido, destacam a importância do compromisso assumido para tornar efetiva a Zona de Paz Sul-Americana e se comprometem a promover uma cultura de paz que torne viáveis sociedades plurais e identificadas com propósitos comuns.

6) Reafirmam seu compromisso com a efetiva aplicação da Carta Democrática Interamericana, adotada em Lima em 11 de setembro de 2001, e reiteram sua vontade de envidar esforços para fortalecer os mecanismos de sua promoção e defesa.

7) Reiteram a necessidade de concluir os trabalhos, no marco da OEA, para a adoção da Carta Social das Américas, a qual

Livro da Casa 2º.pmd 22 24/11/2005, 14:18



favorecerá a plena vigência dos direitos sociais, econômicos e culturais em benefício de nossos povos.

8) Reafirmam seu pleno respaldo à Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e aos avanços registrados nessa iniciativa, em especial no que se refere à "Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010" e à lista de projetos da IIRSA. Nesse sentido, acolhendo proposta formulada na Sexta Reunião do Comitê Executivo, rubricam o mapa que contém os projetos incluídos inicialmente na mencionada Agenda.

9) Reiteram o direito soberano dos Estados de identificar suas prioridades nacionais de segurança, de definir planos e ações a esse respeito, em conformidade com seu ordenamento jurídico e com a plena observância do direito internacional e das Cartas da Organização dos Estados Americanos e da Organização das Nações Unidas.

10) Por outro lado, reafirmam que as condições de segurança cidadã e a necessidade de enfrentar as novas ameaças são indissociáveis do direito ao desenvolvimento econômico e social dos povos. Por essa razão, decidem a realização de reunião sobre segurança cidadã e temas afins, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil, em julho de 2005.

11) Nesse sentido, com vistas a abordar outros aspectos importantes vinculados ao desenvolvimento econômico e social da região, convocam as seguintes conferências:

Livro da Casa 2º.pmd 23 24/11/2005, 14:18

a) Conferência de Ministros responsáveis pelos programas sociais (segundo trimestre de 2005), com vistas a estabelecer um Plano de Ação Sul-Americano para o Trabalho Digno;

b) Conferência Internacional Especial, em nível ministerial, de países em desenvolvimento com fluxos internacionais substanciais de migrantes (primeiro semestre de 2005, Lima, Peru), com vistas a articular linhas de ação que permitam atender às múltiplas dimensões do fenômeno migratório, tomando em consideração os avanços, iniciativas e recomendações da V Conferência Sul-Americana sobre Migrações, realizada na cidade de La Paz, Bolívia, nos dias 25 e 26 de novembro de 2004.

12) Reconhecem o aporte significativo dos Parlamentos regionais na construção do processo de integração e expressam sua satisfação e beneplácito pela constituição da União Parlamentar Sul-Americana, conformada pelas reuniões conjuntas da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, do Parlamento Andino e de representantes do Congresso do Chile.

13) Os Presidentes e os Chefes de Estado presentes expressam seu mais vivo agradecimento ao Presidente do Peru por suscitar a discussão de temas cruciais para a região, em tão significativo encontro, assim como pela organização da III Cúpula Sul-Americana e pelas atenções recebidas.

Assinada em Ayacucho, no dia 9 de dezembro de 2004.

Livro da Casa 2º.pmd 24 24/11/2005, 14:18

DECLARAÇÃO
PRESIDENCIAL E AGENDA PRIORITÁRIA









Declaração Presidencial e Agenda Prioritária

Em cumprimento ao acordado na Declaração Presidencial de Cusco, de 8 de dezembro de 2004, e inspirados em valores comuns tais como a democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial, à diversidade, à não-discriminação e à afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias, os Presidentes e Chefes de Governo dos Países da Comunidade Sul-americana de Nações, reunidos em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro de 2005, declaram:

Introdução

1. A essência da Comunidade Sul-americana de Nações é o entendimento político e a integração econômica e social dos povos da América do Sul.

2. A Comunidade Sul-americana de Nações fortalecerá a identidade da América do Sul e contribuirá, em coordenação com outras experiências de articulação regional e sub-regional, para o fortalecimento da integração dos povos da América Latina e do Caribe.

Livro da Casa 2º.pmd 27 24/11/2005, 14:18

3. A associação recíproca dos Estados Partes do MERCOSUR e da CAN, assim como a associação do Suriname, da Guiana e do Chile, são essenciais para a conformação da Comunidade Sul-americana de Nações, com vistas à finalidade última da união sul-americana.

4. A Comunidade Sul-americana de Nações tem como objetivo o fortalecimento dos valores e princípios comuns estabelecidos na Declaração Presidencial de Cusco.

5. No campo econômico, os propósitos da Comunidade Sul-americana de Nações incluem o avanço e consolidação do processo de convergência rumo ao estabelecimento de uma zona de livre comércio sul-americana, com vistas a seu aperfeiçoamento, assim como a promoção do crescimento econômico e a redução das assimetrias, quando possível, mediante a complementação das economias dos países da América do Sul.

6. Nesse sentido, e conforme o disposto na Declaração de Cusco, decidiram solicitar à Secretaria-Geral da ALADI, em coordenação com a Secretaria-Geral da Comunidade Andina e a Secretaria Técnica do MERCOSUL, a preparação de uma proposta no marco da Resolução 59 do Conselho de Ministros da ALADI, sobre a convergência CAN-MERCOSUL e outros acordos comerciais da região, para o aperfeiçoamento de uma área de livre comércio sul-americana, tendo em conta o tratamento preferencial e diferenciado. Os esforços da Comunidade estarão orientados principalmente para a promoção de melhores níveis de qualidade de vida, geração de trabalho

Livro da Casa 2º.pmd 28 24/11/2005, 14:18



decente, justa distribuição de renda e extensão de benefícios sociais a seus habitantes.

Organização

7. A Comunidade Sul-americana de Nações estabelecer-se-á com base na institucionalidade existente, evitando a duplicação e superposição de esforços, sem novos gastos financeiros, estabelecendo coordenação entre as Chancelarias, com o apoio dos organismos de integração existentes e aperfeiçoando seu funcionamento.

8. As Reuniões de Chefes de Estado constituem a instância máxima da condução política da Comunidade. Elas serão anuais, realizar-se-ão em todos os países membros, preferencialmente em ordem alfabética.

9. As reuniões dos Ministros de Relações Exteriores têm por objeto primordial: promover o diálogo político, preparar as reuniões dos Chefes de Estado e adotar as decisões executivas para implementar as diretrizes presidenciais. Terão periodicidade semestral.

10. Os Vice-Ministros de Relações Exteriores coordenarão as posições dos países da Comunidade e prepararão as reuniões de Chanceleres.

11. As Reuniões Ministeriais Setoriais serão convocadas pelos Chefes de Estado e examinarão e promoverão projetos e políticas específicas de integração sul-americana em áreas como saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, segurança cidadã, infra-

Livro da Casa 2º.pmd 29 24/11/2005, 14:18

estrutura de energia, transportes, comunicações e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, essas reuniões realizar-se-ão, valendo-se dos mecanismos existentes no MERCOSUR e na CAN.

12. As reuniões na área de infra-estrutura promoverão a implementação da agenda consensuada de projetos prioritários da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), entre outros, tomando em conta os projetos de desenvolvimento nacionais, bilaterais e regionais, contando com a participação das comunidades envolvidas e protegendo o meio ambiente.

13. A coordenação e concertação política e diplomática que afirme a região como um fator diferenciado e dinâmico em suas relações externas é um objetivo prioritário da Comunidade Sul-americana de Nações, que, nesta etapa, se expressará em torno de um diálogo e intercâmbio de informação sobre os assuntos de interesse mútuo. Seus pronunciamentos serão adotados por consenso.

14. A Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul-americana de Nações será exercida em forma rotativa por cada um dos países membros, em períodos anuais, que culminarão na Reunião de Chefes de Estado. O Brasil exercerá a Secretaria Pro Tempore até a realização da Segunda Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações, que se realizará na Bolívia no ano de 2006.

15. A "Troika" da Comunidade será constituída pelo país sede da Reunião de Presidentes e pelos países-sede das reuniões do ano anterior e do ano seguinte. A "Troika" apoiará as atividades da Secretaria Pro Tempore.

Livro da Casa 2º.pmd 30 24/11/2005, 14:18



Agenda Prioritária

16. As áreas de ação prioritária da Comunidade Sul-americana de Nações são:

- o diálogo político,
- a integração física;
- o meio ambiente;
- a integração energética;
- os mecanismos financeiros sul-americanos;
- as assimetrias;
- a promoção da coesão social, da inclusão social e da justiça social; e,
- as telecomunicações.

17. Solicitamos às Instituições Regionais de Integração que apresentem às Chancelarias e aos Ministérios interessados, sugestões para o desenvolvimento de propostas e projetos específicos de trabalho sobre as áreas da agenda mencionada no parágrafo anterior. Esses trabalhos deverão iniciar-se de imediato e ser apresentados no mais tardar no primeiro semestre de 2006.

18. Na temática referente à redução das assimetrias, solicitamos à Secretaria-Geral da CAN, à Secretaria Técnica do MERCOSUL, à Secretaria-Geral da ALADI, à Secretaria Permanente do SELA, à Secretaria Permanente da OTCA, à Secretaria do CARICOM e à CEPAL que elaborem um documento de reflexão para discussão durante a reunião convocada pela Bolívia, "Foro: Um Novo Tratamento das Assimetrias na Integração Sul-americana", na cidade de La Paz, no dia 21 de outubro de 2005,

Livro da Casa 2º.pmd 31 24/11/2005, 14:18

manifestando nossa expectativa de que este Foro contribua com sugestões para a redução das assimetrias na região e para que as relações econômicas produzam benefícios para todos.

19. As referidas Secretarias prestarão também apoio à Secretaria Pro Tempore em assuntos de natureza técnica de sua competência relativos a esta Declaração.

Livro da Casa 2º.pmd 32 24/11/2005, 14:18

PROGRAMA DE AÇÃO

Programa de Ação

1. O fortalecimento dos vínculos institucionais entre o MERCOSUL e a CAN será promovido pelo mecanismo de associação recíproca entre os Estados Membros dos dois organismos, com a participação do Chile, da Guiana e do Suriname.

2. A fim de contribuir para a operacionalidade do disposto no parágrafo 13 da Declaração Presidencial, será instituído um foro sul-americano de consulta e coordenação política, constituído pelo FCCP do Mercosul, pelo Mecanismo de Coordenadores da Política Externa Comum da Comunidade Andina e por representantes da Guiana e do Suriname.

3. A Secretaria Pro Tempore realizará consultas com vistas à emissão de declarações consensuadas com todos os membros, diante de situações internacionais e regionais de interesse comum.

4. Os países da Comunidade poderão apresentar projetos consensuados de interesse comum nos organismos internacionais e regionais.

Livro da Casa 2º.pmd 35 24/11/2005, 14:18

5. Serão programadas reuniões conjuntas entre os órgãos do MERCOSUL, da CAN, do Chile, da Guiana e do Suriname que atuem em áreas afins, de acordo com um cronograma previamente estabelecido.

6. Os secretariados da CAN e do MERCOSUL farão uma revisão dos acordos já realizados pela CAN e pelo MERCOSUL nas áreas política e social, a fim de examinar, conjuntamente com o Chile, a Guiana e o Suriname, a possibilidade de sua extensão a todos os países da América do Sul.

7. Os países sul-americanos convêm em negociar um Acordo de isenção de vistos e habilitação de documentos de identidade para que seus nacionais ingressem e transitem em seus respectivos territórios como turistas.

8. A Secretaria Pro Tempore solicitará às Secretarias da ALADI, do MERCOSUL, da CAN e do CARICOM, com a participação do Chile, da Guiana e do Suriname, que preparem, no mais tardar até o fim do primeiro semestre de 2006, estudos sobre a convergência dos acordos de complementação econômica entre os países da América do Sul. Esses estudos deverão incluir o objetivo de conformar gradativamente uma zona livre de comércio sul-americana e a complementação das economias dos países da América do Sul, bem como promover seu crescimento e desenvolvimento, levando em consideração a redução das assimetrias existentes e preservando os avanços alcançados na resolução 59 do Conselho de Ministros da ALADI, no caso dos países partes ou membros dessa organização.

Livro da Casa 2º.pmd 36 24/11/2005, 14:18



9. Será realizado em La Paz, em 21 de outubro, um seminário sobre um novo tratamento das assimetrias na integração sul-americana.

10. A Secretaria Pro Tempore instará todos os países a implementarem programas de erradicação da febre aftosa, caso seja necessário ou pertinente, e/ou a aderirem ao Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa (Dec. CMC 8/05).

11. A Secretaria Pro Tempore estimulará a realização de rodadas sul-americanas de negócios para promover um melhor aproveitamento dos acordos de complementação econômica firmados entre os países sul-americanos. Outros países da América Latina e do Caribe poderão ser convidados a participar dessas rodadas.

12. Será fomentada a coordenação dos programas de promoção do comércio e dos investimentos entre os países da Comunidade Sul-Americana de Nações, levando em consideração, entre outras, a experiência do Brasil com seu Programa de Substituição Competitiva de Importações.

13. Os países da Comunidade Sul-Americana de Nações farão intercâmbio de experiências relativas à facilitação do comércio, à complementação de cadeias produtivas, e à integração em zonas fronteiriças. A Secretaria Pro Tempore organizará uma reunião para o intercâmbio de experiências em cooperação fronteiriça.

14. Dar-se-á impulso à conclusão de projetos prioritários para a integração sul-americana nas áreas de infra-estrutura de

Livro da Casa 2º.pmd 37 24/11/2005, 14:18

transportes, energia e comunicações, com base no aprofundamento das experiências bilaterais, sub-regionais e regionais existentes. Nesse sentido, destaca-se a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como marco de trabalho apropriado para todos os países da América do Sul, que, considerando a viabilidade técnica, social, ambiental e econômica dos projetos apresentados e a Agenda de Implementação Consensuada, à qual os países expressaram seu apoio na Declaração de Ayacucho de 2004.

15. Considerando que a água é um recurso natural soberano de inquestionável importância estratégica para a região, a Comunidade Sul-Americana de Nações reitera sua firme decisão de resguardar seu aproveitamento de maneira racional, eqüitativa e sustentável, preservando a conservação de suas fontes. Nesse contexto, será dado impulso à realização de reuniões e seminários para intercâmbio de experiências sobre a matéria.

16. Levando em consideração as conclusões do Encontro Sul-Americano sobre Transporte Aéreo, realizado em Brasília em 29 e 30 de setembro, a Secretaria Pro Tempore convocará uma reunião de autoridades da aviação civil e Ministros de Turismo, com o fim de estudar as bases de um programa sul-americano de conexão aérea, visando a fomentar o turismo e o comércio regional, em conformidade com os entendimentos vigentes.

17. Reafirmam a importância da integração energética da América do Sul. Ratificam os resultados da I Reunião de Ministros de Energia da Comunidade Sul-americana de Nações, realizada em Caracas, em 26 de setembro de 2005, na qual se decidiu a dar

Livro da Casa 2º.pmd 38 24/11/2005, 14:18



prosseguimento a passos concretos no âmbito da Iniciativa Petroamérica, com base nos princípios contidos na sua Declaração.

Reiteram o convite a todos os países sul-americanos para que considerem sua incorporação ao processo de estudo de um acordo de complementação energética regional, proposto pelo Uruguai na Reunião de Ministros de Energia do Mercosul, do Chile, do Peru e da Bolívia, realizada em Montevidéu, em 22 de agosto de 2005.

Ademais, instam os Ministros dos países envolvidos na iniciativa da Rede de Gasodutos do Sul a avançar, o mais brevemente possível, no desenvolvimento desse projeto, levando em conta os aspectos institucionais, legais, técnicos e econômicos que possibilitem sua pronta viabilização.

18. A Secretaria Pro Tempore solicitará aos organismos financeiros regionais que, em conjunto com os bancos e instituições nacionais de desenvolvimento, dêem impulso aos trabalhos do Processo Setorial, para identificar mecanismos inovadores e encontrar soluções que permitam o financiamento da Carteira Estratégica de Projetos IIRSA.

19. Os países membros da CAF envidarão todos os esforços para possibilitar a incorporação, a esse organismo financeiro, de todos os países sul-americanos que o solicitarem, como sócios plenos da categoria A, por solicitação das partes.

20. A Secretaria Pro Tempore convocará um seminário, com a participação de representantes dos setores público e privado e

Livro da Casa 2º.pmd 39 24/11/2005, 14:18

dos organismos financeiros regionais, para discutir formas alternativas de financiamento de projetos de investimento econômico e de coesão social, nas condições mais vantajosas, especialmente em apoio a pequenas e médias empresas e a cooperativas.

21. Será constituído um grupo de trabalho técnico, com a participação dos órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas, normas e regulamentação dos serviços de comunicações e de Internet, para estudar a possibilidade de dar impulso ao desenvolvimento de uma infra-estrutura de redes, indispensável a uma sociedade regional da informação e que inclua pontos de intercâmbio de Internet, troncais regionais e servidores primários, levando em conta a situação e as necessidades específicas da região.

22. Será desenvolvido um programa de erradicação do dengue e da malária em todos os países da América do Sul que o solicitarem.

23. Diante da necessidade urgente de avançar na superação das desigualdades sociais sul-americanas, a Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul-Americana de Nações convocará uma reunião de peritos e de responsáveis por programas governamentais de desenvolvimento social, combate à pobreza e de emergência social, a fim de recomendar propostas de ação relativas a essas questões, o mais brevemente possível.

24. Os Ministros de Turismo estudarão, ainda no decorrer do segundo semestre de 2005, um programa de cooperação para

Livro da Casa 2º.pmd 40 24/11/2005, 14:18



promover a responsabilidade ética em turismo, dando especial atenção à prevenção da exploração de crianças e adolescentes e aos efeitos do turismo sobre o meio ambiente.

25. Considerando que o tema do meio ambiente faz parte da agenda prioritária do processo de integração sul-americano, acordou-se realizar em Quito, no primeiro semestre de 2006, um reunião dos países sul-americanos, conjuntamente com instituições acadêmicas e organizações governamentais regionais e sub-regionais, com o fim de analisar pontos de interesse comum sobre essa matéria.

26. Promover-se-á a participação da sociedade em seu conjunto para facilitar a divulgação da integração e da realidade sul-americana por meio de diferentes sistemas de comunicação, educativos, de informação e culturais, em estrito respeito à liberdade de imprensa e ao direito que os povos têm de serem informados.

27. Os Ministros de Cultura e seus equivalentes se reunirão no primeiro semestre de 2006 e estudarão uma proposta de agenda cultural sul-americana. Dessa agenda poderia constar, entre outros itens, um festival rotativo de cultura, produções cinematográficas conjuntas e um prêmio sul-americano de cultura.

28. Será organizada a cada dois anos, rotativamente, uma feira de ciência e tecnologia sul-americana. Serão estimulados projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica. Será instituído um prêmio sul-americano de ciência e tecnologia.

Livro da Casa 2º.pmd 41 24/11/2005, 14:18

29. Será elaborado um Plano de Cooperação em Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento, com especial referência a assuntos de ciência e tecnologia e suas aplicações ao desenvolvimento da produção e de serviços, dando-se ênfase à ampliação das potencialidades dos recursos naturais disponíveis na região, bem como da indústria geradora de valor agregado, tendo em conta os programas existentes.

30. Será organizado, com a colaboração do Convênio Andrés Bello, um cadastro dos instrumentos internacionais vigentes, relativos ao reconhecimento de títulos profissionais e diplomas universitários, a fim de avaliar tais instrumentos e considerar seu eventual aperfeiçoamento, mediante a negociação de textos complementares que se julgarem pertinentes.

Livro da Casa 2º.pmd 42 24/11/2005, 14:18

Declaração sobre a Convergência dos Processos de Integração da América do Sul

Declaração sobre a Convergência dos Processos de Integração da América do Sul

Em cumprimento ao acordado na Declaração Presidencial de Cusco, de 8 de dezembro de 2004, e considerando que a integração Sul-Americana é e deve ser uma integração dos povos em favor da construção de um espaço sul-americano integrado, os Presidentes da Comunidade Sul-americana das Nações decidem:

1. Promover a convergência dos Acordos de Complementação Econômica entre os países da América do Sul.

2. Solicitar aos secretariados da ALADI, do MERCOSUL, da CAN e do CARICOM, com a cooperação do Chile, da Guiana e do Suriname, que preparem, no máximo até o primeiro semestre de 2006, estudos sobre a convergência dos acordos de complementação econômica entre os países da América do Sul. Esses estudos deverão contemplar o objetivo de conformar gradualmente uma zona livre de comércio sul-americana, bem como a complementação das economias dos países da América do Sul e a promoção de seu crescimento e desenvolvimento, levando em consideração a redução das assimetrias existentes e preservando os avanços alcançados na Resolução 59 do Conselho de Ministros da ALADI, no caso dos países-parte ou membros dessa organização.

Livro da Casa 2º.pmd 45 24/11/2005, 14:18









Declaração sobre Integração na Área de Infra-Estrutura









Declaração sobre Integração na Área de Infra-Estrutura

Em cumprimento ao acordado na Declaração Presidencial de Cusco, de 8 de dezembro de 2004, e interpretando as aspirações de seus povos em favor da construção de um espaço sul-americano integrado, os Presidentes da Comunidade Sul-americana de Nações decidem:

1. Acelerar o processo de execução dos projetos prioritários para a integração sul-americana nas áreas de infra-estrutura, de transporte e de comunicações;

2. Dar impulso a alternativas de financiamento que levem em conta a realidade financeira dos países sul-americanos, preservem a capacidade reguladora e a autonomia decisória dos Estados, e estimulem a realização de investimentos necessários para a implementação dos projetos prioritários de integração física, energética e de comunicações da América do Sul, identificados pelo países e reunidos na denominada "Carteira IIRSA";

3. A Secretaria Pro Tempore solicitará aos organismos financeiros regionais que, em conjunto com os bancos e instituições nacionais de

Livro da Casa 2º.pmd 49 24/11/2005, 14:18

desenvolvimento, promovam os trabalhos do Processo Setorial para identificar mecanismos inovadores e encontrar soluções que permitam o financiamento da Carteira Estratégica de Projetos IIRSA.

4. Convocar reunião ministerial setorial na área de transportes, obras públicas e planejamento para, com base no aprofundamento das experiências bilaterais, regionais e sub-regionais existentes, identificar as restrições e propor um programa de ação com medidas concretas para acelerar a execução de projetos prioritários de integração física.

5. Formar um grupo de trabalho técnico, com a participação de órgãos de governo responsáveis pela formulação de políticas, normas e regulamentação de serviços de comunicação e Internet, com o propósito de examinar a possibilidade de impulsionar o desenvolvimento de uma infra-estrutura de redes, indispensável para a sociedade regional da informação, que inclua pontos de intercâmbio de Internet, troncos regionais e servidores primários, respeitando a situação e as necessidades da região.

6. Reafirmam a importância da integração energética da América do Sul. Ratificam os resultados da I Reunião de Ministros de Energia da Comunidade Sul-americana de Nações, realizada em Caracas, em 26 de setembro de 2005, na qual se decidiu a dar prosseguimento a passos concretos no âmbito da Iniciativa Petroamérica, com base nos princípios contidos na sua Declaração.

Reiteram o convite a todos os países sul-americanos para que considerem sua incorporação ao processo de estudo de um acordo de

Livro da Casa 2º.pmd 50 24/11/2005, 14:18



complementação energética regional, proposto pelo Uruguai na Reunião de Ministros de Energia do Mercosul, do Chile, do Peru e da Bolívia, realizada em Montevidéu, em 22 de agosto de 2005.

Ademais, instam os Ministros dos países envolvidos na iniciativa da Rede de Gasodutos do Sul a avançar, o mais brevemente possível, no desenvolvimento desse projeto, levando em conta os aspectos institucionais, legais, técnicos e econômicos que possibilitem sua pronta viabilização.

Livro da Casa 2º.pmd 51 24/11/2005, 14:18









DECISÃO SOBRE PROPOSTAS
APRESENTADAS DURANTE O DIÁLOGO PRESIDENCIAL









Decisão sobre Propostas
apresentadas durante o diálogo presidencial

Além do que consta nos documentos aprovados, os Presidentes fizeram várias propostas de ações concretas para a Comunidade.

Nesse sentido, os Presidentes instruíram às reuniões ministeriais e à Secretaria Pro Tempore, com a contribuição dos Secretariados dos organismos regionais de integração, que coloquem em execução imediata as seguintes diretivas:

a) estabelecer um cronograma com prazos precisos para o início de implementação dos projetos de integração da infra-estrutura de transportes;

b) promover a integração sul-americana na área de serviços e transportes aéreos, com atenção para vôos regionais;

c) definir projetos de integração na área social, incluindo acesso universal à saúde, erradicação do analfabetismo, estabelecimento de um programa de bolsas e formação técnica.

Livro da Casa 2º.pmd 55 24/11/2005, 14:18









Decisão sobre Propostas dos Presidentes do Uruguai e da Venezuela









Decisão sobre Propostas dos Presidentes do Uruguai e da Venezuela

Os Presidentes dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações receberam com satisfação as sugestões elaboradas pelos Presidentes Tabaré Vázquez e Hugo Chávez Frías em sua carta de 10 de agosto de 2005, que constituem um valioso aporte de idéias para o fortalecimento da integração e solidariedade entre os povos da América do Sul.

Os Presidentes notam, com satisfação, que muitas daquelas sugestões encontram-se refletidas nas Declarações e no Programa de Ação aprovados nesta I Reunião de Chefes de Estado dos Países da Comunidade.

Com o objetivo de chegar a uma pronta decisão a respeito desses temas, os Presidentes dos Países da Comunidade decidiram solicitar à Secretaria Pro Tempore que realize as consultas pertinentes no prazo de 90 dias.

Livro da Casa 2º.pmd 59 24/11/2005, 14:18









Declaração sobre o Seguimento da Cúpula América do Sul–Países Árabes









Declaração sobre o Seguimento da Cúpula América do Sul–Países Árabes

Os Chefes de Estado dos Países Sul-Americanos, reunidos em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro de 2005, reiteram a importância da Cúpula América do Sul – Países Árabes, celebrada nesta mesma capital nos dias 10 e 11 de maio, e destacam a necessidade de aproveitar o "momentum" político favorável e a dinâmica por ela gerados para promover o fortalecimento e a diversificação das relações entre essas duas regiões do mundo em desenvolvimento.

Reafirmam o seu compromisso com a implementação das decisões e recomendações dela emanadas.

Nesse sentido, confirmam sua disposição de participar ativamente das atividades de seguimento previstas na Declaração de Brasília, notadamente as reuniões de Argel (19 e 20.11.05) e Alepo (14 e 15.12.2005) sobre a Biblioteca Árabe – Sul-Americana, a reunião no Cairo de Altos Funcionários (29 e 30.11.05) e as reuniões ministeriais sobre cultura e temas econômicos, a realizar-se respectivamente em Argel e Quito, no primeiro semestre de 2006.

Livro da Casa 2º.pmd 63 24/11/2005, 14:18

Declaração sobre a Cúpula Comunidade Sul-americana de Nações / União Africana









Declaração sobre a Cúpula Comunidade Sul-americana de Nações / União Africana

Os Presidentes manifestam seu beneplácito ante a proposta do Presidente Olosegun Obasanjo, da Nigéria, de realização de uma reunião de Chefes de Estado e de Governo dos países da Comunidade Sul-americana de Nações e dos países da União Africana e instruem a Troika a fazer as consultas pertinentes para sua organização.

Livro da Casa 2º.pmd 67 24/11/2005, 14:18

Declaração Conjunta dos Presidentes da Comunidade Sul-americana de Nações sobre os esforços para o estabelecimento da paz na Colômbia









Declaração Conjunta dos Presidentes da Comunidade Sul-americana de Nações sobre os esforços para o estabelecimento da paz na Colômbia

Os Presidentes das Nações Sul-americanas, reunidos por ocasião da Primeira Cúpula da Comunidade Sul-americana de Nações, realizada em Brasília no dia 30 de setembro de 2005, expressaram seu reconhecimento e apoio aos esforços que têm sido feitos na Colômbia para o estabelecimento da paz. Saudaram o progresso da desmobilização, tanto coletiva como individual, e o desarmamento de mais de 18.600 membros de grupos armados ilegais e reconheceram o aporte da Organização dos Estados Americanos (OEA), através da Missão de Acompanhamento do Processo de Paz, MAPP-OEA.

Manifestaram, do mesmo modo, a importância do processo de reinserção e do apoio às comunidades nas quais têm se dado as desmobilizações, para assegurar um processo de paz sustentável no marco do estrito respeito aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional Humanitário.

Os Presidentes reconheceram que para o êxito do processo de desmobilização, desarmamento e reinserção, e de verificação da Missão da OEA, requer-se o concurso da Comunidade Internacional.

Nesse contexto, expressaram seu interesse em fortalecer o apoio à Missão com o propósito de que possa concluir de maneira

Livro da Casa 2º.pmd 71 24/11/2005, 14:18

integral o mandato conferido pelo Conselho Permanente da OEA, e solicitaram ao Secretário-Geral dessa Organização que no prazo de um mês indique aos países da Comunidade Sul-americana de Nações a melhor forma em que se pode materializar esse apoio.

Livro da Casa 2º.pmd 72 24/11/2005, 14:18

Declaração de Caracas no âmbito da I Reunião de Ministros da Energia da Comunidade do Sul-americano de Nações









Declaração de Caracas no âmbito da I Reunião de Ministros da Energia da Comunidade do Sul-americano de Nações

Nós, os Ministros da Energia e Altos Representantes dos governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Uruguai, Suriname e Venezuela; reunidos em Caracas, Venezuela, em 26 de setembro de 2005, conforme acordou-se na Declaração dos Ministros de Relações Exteriores da Comunidade Sul-Americana de Nações em Guayaquil, no dia 02 de agosto de 2005, reconhecendo que, apesar dos avanços que ocorreram em matéria de integração energética na América do Sul e do enorme potencial em recursos energéticos que possui a região, a América do Sul enfrenta ainda sérios desafios para assegurar o abastecimento energético e também:

Tendo presente os seguintes antecedentes relacionados com as reuniões e declarações de integração anteriores:

A Resolução XXXIV/D/420 da Organização Latino-americana de Energia (OLADE) sobre integração energética, subscrita em outubro de 2003;

A Declaração da I Reunião de Ministros de Energia de América do Sul sobre Energia, na Ilha Margarita, firmada por

Livro da Casa 2º.pmd 75 24/11/2005, 14:18

Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela no último dia 29 de outubro de 2004, na qual se declara realizar ações concretas para a conformação da PETROSUR;

A base conceitual para a constituição do Secretariado da PETROSUR, subscrita pelos Ministros de Energia das Repúblicas da Argentina, do Brasil e da Venezuela na cidade de Brasília, no último dia 10 de maio de 2005;

O Acordo de Adesão da República Oriental do Uruguai à Secretaria da PETROSUR, na cidade de Montevidéu, no dia 10 de agosto de 2005;

A Declaração de PETROCARIBE emitida no dia 29 de junho de 2005, em Puerto La Cruz, Venezuela;

A II Reunião de Ministros de Energia do Mercosul, além do Chile, Peru e Bolívia, celebrada em Montevidéu, Uruguai, no dia 22 de agosto de 2005;

A apresentação da estratégia de PETROAMERICA feita pela Venezuela nessa Reunião;

CONSIDERANDO que a estratégia PETROAMERICA busca ser um facilitador geopolítico fundamentado na identificação de mecanismos de cooperação e integração energética, como base para o aperfeiçoamento sócio-econômico de seus povos;

CONSIDERANDO que PETROAMERICA tem por objetivo ser um acordo multilateral para a coordenação de políticas energéticas

Livro da Casa 2º.pmd 76 24/11/2005, 14:18



com a finalidade de promover a integração regional e agilizar a tomada de decisões que conduzam à bem-sucedida culminação dos processos de integração;

CONSIDERANDO que PETROAMERICA busca identificar complementariedades e aproveitar os potenciais energéticos e os benefícios dos intercâmbios para resolver as assimetrias energéticas, econômicas e sociais da região;

ASSUMINDO que a iniciativa de PETROAMERICA tem por objetivo a integração em matéria de energia, através de uma plataforma que imprima celeridade aos acordos energéticos bilaterais;

CONSCIENTES da necessidade de que a integração energética promova maior ênfase no desenvolvimento social de nossos povos;

DECIDIDOS a buscar como objetivo fundamental dos processos de integração o melhor acesso em termos de disponibilidade e de custos, para benefício de nossos povos;

CONVENCIDOS do direito que têm os Estados de fazer respeitar a soberania de seus povos para, dessa maneira, assegurar o interesse e autonomia de suas nações no manejo e utilização de seus recursos energéticos;

CONSIDERANDO que a estratégia PETROAMERICA não se limita ao setor dos hidrocarbonetos, mas abrange o setor energético de modo integral;

Livro da Casa 2º.pmd 77 24/11/2005, 14:18

CONSCIENTES de que a integração energética é muito importante para consolidar a integração regional;

ACORDAMOS:

CONTINUAR dando passos concretos no âmbito da iniciativa PETROAMERICA, com o objetivo de materializar a integração energética entre nossos países com base nos seguintes princípios:

- A cooperação e complementação entre os países da América do Sul;
- a solidariedade entre os povos;
- o respeito à soberania e à autodeterminação dos povos;
- o direito soberano a estabelecer os critérios que assegurem o desenvolvimento sustentado na utilização dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, assim como a administrar a taxa de exploração dos recursos naturais não-renováveis;
- a integração regional em busca da complementariedade dos países no uso equilibrado dos recursos para o desenvolvimento dos seus povos;
- o respeito às formas de propriedade que cada Estado adota para o desenvolvimento de seus recursos energéticos.

DESIGNAR o Ministro de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela como relatos dos Acordos alcançados nessa Reunião, perante à Cúpula de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações a celebrar-se na cidade de Brasília, nos dias 29 e 30 de setembro de 2005.

Livro da Casa 2º.pmd 78 24/11/2005, 14:18



CONVIDAR os países presentes nessa Reunião a considerar sua incorporação no processo de estudo de um Acordo de Complementação Energética Regional proposto pelo Uruguai na Reunião de Ministros de Energia do Mercosul, Chile, Peru e Bolívia, celebrada em Montevidéu, Uruguai, em 22 de agosto de 2005.

Igualmente, expressamos nosso agradecimento ao Governo da República Bolivariana da Venezuela por sua generosa hospitalidade e excelente organização dessa Reunião.

Caracas, 26 de setembro de 2005

Livro da Casa 2º.pmd 79 24/11/2005, 14:18









Declaração de Segurança Cidadã na América do Sul
Fortaleza, 26.08.2005

Declaração de Segurança Cidadã na América do Sul Fortaleza, 26.08.2005

No âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), criada por meio da Declaração de Cusco, em dezembro de 2004, e aplicando-se o Ponto 10 da Declaração de Ayacucho, emitida na mesma ocasião, que dispõe sobre a realização de uma reunião sobre Segurança Cidadã e temas afins no Brasil, os Ministros da Justiça, do Interior, da Defesa e de Segurança Cidadã dos países da CASA, reunidos em Fortaleza, nos dias 25 e 26 de agosto de 2005, considerando:

QUE os Chefes de Estado dos países sul-americanos reiteraram, durante a Cúpula realizada em Cusco, a necessidade de promover o acesso de seus povos a melhores níveis de vida e ao desenvolvimento econômico, o qual deve ser entendido de maneira integral, abrangendo a garantia de uma mais justa e eqüitativa distribuição da renda, o acesso à educação, a promoção da coesão e inclusão social, bem como a preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

QUE reconhecem o trabalho desenvolvido no âmbito do Mercosul, da Comunidade Andina e de outros foros inter-governamentais e

Livro da Casa 2º.pmd 83 24/11/2005, 14:18

internacionais e que, portanto, deve-se integrar os mesmos para assegurar a participação de todos os países do subcontinente com o propósito de intercambiar estratégias no tema;

QUE neste processo de integração de experiências, a responsabilidade estatal é primordial, originária e indelegável, devendo-se contar ainda com o inestimável aporte da participação comunitária e da assistência técnica e financeira dos organismos internacionais;

QUE é direito inalienável das populações dos países sul-americanos contar com condições que garantam seu desenvolvimento em um ambiente de paz, com boa qualidade de vida, livre da violência e da criminalidade;

QUE a segurança é condição necessária para o exercício da liberdade e, portanto, indispensável para o desenvolvimento dos cidadãos e das cidadãs em uma sociedade democrática. Não existe democracia sem liberdade, e é impossível a liberdade sem segurança;
QUE, do ponto de vista conceitual, as formas de tratamento da Segurança Cidadã estão em permanente processo de evolução em todos os países da América do Sul. À preocupação com a segurança do Estado se somou a preocupação com a segurança dos cidadãos, com valores próprios, no marco do respeito à lei e à proteção dos direitos humanos. A evolução política e o desenvolvimento de paradigmas universais põem o foco de atenção da Segurança Cidadã na construção de uma cultura para a convivência pacífica, de reconhecimento da dignidade humana e do sistema democrático. Por este motivo, faz-se necessária a construção de práticas voltadas

Livro da Casa 2º.pmd 84 24/11/2005, 14:18



a garantir aos cidadãos o livre exercício de seus direitos e liberdades, assim como o cumprimento de seus deveres, em um ambiente livre de ameaças e riscos, que permita o restabelecimento da confiança comunitária e institucional.

QUE a participação cidadã é um elemento chave para o avanço na consolidação de valores e normas comunitárias, como o respeito e a solidariedade, que são tradicionais nas comunidades da América do Sul;

QUE em muitos países, historicamente, a segurança prestada pelo Governo ao cidadão tem sido insuficiente, concentrando-se nas forças policiais de forma isolada e dissociada da sociedade;

QUE a desigualdade social é uma das causas da violência e da insegurança na América do Sul, ao mesmo tempo em que estas últimas dificultam a obtenção de melhores níveis de equidade social;

QUE, neste sentido, é conveniente conhecer as causas sociais da criminalidade para traçar políticas efetivas de Segurança Cidadã de caráter multidisciplinar, multi-setorial em diversos níveis;

QUE os distintos instrumentos e metodologias revelam que a insegurança é uma das principais preocupações das cidadãs e cidadãos sul-americanos na atualidade. Nos diversos países da região, a sociedade civil e os Governos mobilizaram-se na busca de respostas eficazes face à violência e à criminalidade comuns em nossas cidades;

Livro da Casa 2º.pmd 85 24/11/2005, 14:18

QUE a aplicação de políticas públicas no tema da Segurança Cidadã em áreas e populações de fronteiras é de importância estratégica para o avanço do processo de integração e segurança regionais;

QUE, assim como a Segurança Cidadã constitui uma ação articulada dos Estados com a sociedade e com organismos internacionais, deve-se ter presente que a segurança pública, entendida com ação estatal exclusiva, reclama para si a intervenção naqueles delitos cuja complexidade, periculosidade e grau de organização assim recomendem;

Declaram:

(1) A importância de estabelecer políticas públicas comuns em matéria de Segurança Cidadã, mediante cooperação na capacitação, intercâmbio de informação e de experiências, considerando o corpo institucional de integração existente, evitando a superposição de esforços e maiores gastos financeiros.

(2) A necessidade de consolidar uma visão integral do fenômeno que promova o uso dos instrumentos de prevenção e controle da violência e da criminalidade, com o suporte de estudos de investigação e trabalhos acadêmicos que lhe dêem fundamento.

(3) O interesse em aprofundar os esforços para incluir, quando as normas o permitirem, novos atores na gestão de assuntos referentes à segurança do cidadão, tais como governos distintos daquele de nível nacional, agências governamentais encarregadas de atender as populações em risco, assim como o setor privado, as

Livro da Casa 2º.pmd 86 24/11/2005, 14:18



Organizações Não Governamentais (ONGs) e a própria sociedade civil organizada, tendo em consideração que a Segurança Cidadã deve ser assumida como responsabilidade compartilhada entre o Governo e a comunidade.

(4) A disposição, por parte de seus Governos, de empreender esforços para introduzir reformas legais e institucionais, quando isto for necessário, fortalecer institucionalmente os órgãos envolvidos no sistema de Segurança Cidadã, fomentar a coordenação inter-institucional e a formação e capacitação de recursos humano, com vistas à otimização das ações nacionais e regionais em matéria de Segurança Cidadã.

(5) A necessidade de destacar e promover a ação em Segurança Cidadã que tenda a fortalecer e catalisar as capacidades das comunidades como agentes preventivos frente à violência e à criminalidade, considerando que a participação cidadã é um elemento chave para o avanço na consolidação de valores normas comunitárias de respeito e solidariedade, que permitam uma melhor convivência social.

(6) A relevância, para a Segurança Cidadã, da questão do controle do comércio, posse e uso de armas de fogo e munição, assim como as iniciativas de desarmamento e a eficaz regulamentação legal destes temas, inclusive em regiões de fronteiras.

(7) A importância da prevenção terciária, entendida como todas as ações do Estado e da comunidade que permitam gerar, para os envolvidos, condições de convivência cidadã, e a constituição de políticas nacionais adequadas. Comprometem-se ainda a

Livro da Casa 2º.pmd 87 24/11/2005, 14:18

empreender esforços para fomentar a cooperação regional e internacional neste setor.

(8) Seu acordo em aprovar o seguinte Programa de Ação e em submeter à próxima Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações a recomendação de estabelecer os mecanismos necessários para sua implementação:

Programa de Ação Sul-Americano de Segurança Cidadã

Com vistas a iniciar a concretização dos princípios e diretrizes acima mencionados, os Ministros da Justiça, do Interior, da Defesa e de Segurança Cidadã dos países da CASA, decidem:

(1) Construir uma rede integrada na área da Segurança Cidadã, que permita uma acumulação de conhecimento e experiências, assim como um intercâmbio eficaz dos mesmos, conforme permitam as legislações nacionais, por meio da difusão de boas práticas, do acesso às fontes e de informação oportuna de todas as formas e manifestações dos fenômenos da violência e da criminalidade.

(2) Fomentar o conhecimento comparado do fenômeno da violência e da criminalidade na América do Sul, o conhecimento sistematizado de boas práticas, a análise das ferramentas de diagnóstico e dos programas de reformas institucionais já empreendidas. Um dos instrumentos para alcançar este objetivo poderá ser o intercâmbio entre os observatórios de prevenção da violência e da criminalidade dos diversos países, com vistas à criação de um observatório sul-americano.

Livro da Casa 2º.pmd 88 24/11/2005, 14:18



(3) Iniciar uma análise de ferramentas programáticas concretas de ação e estudo dos instrumentos de intercâmbio de formas de administração do conhecimento, que forneçam suficientes elementos de juízo, que permitam elaborar um esquema para o estabelecimento e implementação da rede.

(4) Fomentar a cooperação entre Estados, setor privado e organizações internacionais e regionais nos diversos campos relativos à Segurança Cidadã, mediante capacitação e treinamento, intercâmbio de especialistas, de experiências e de boas práticas.

(5) Recomendar a realização de consultas inter-governamentais, de forma periódica, no campo da Segurança Cidadã.

(6) Avançar os mecanismos que vem sendo desenvolvidos no âmbito da Segurança Cidadã, tais como: intercâmbio de missões técnica para visitas de trabalho e estágios, realização de seminários e oficinas, análise de fontes especiais de financiamento e promoção da inserção de entidades acadêmicas.

Livro da Casa 2º.pmd 89 24/11/2005, 14:18

COMUNIDAD SUDAMERICANA DE NACIONES

Documentos









DECLARACIÓN DEL CUZCO SOBRE LA COMUNIDAD SUDAMERICANA DE NACIONES









Declaración del Cuzco sobre la Comunidad Sudamericana de Naciones

Los Presidentes de los países de América del Sur reunidos en la ciudad del Cuzco en ocasión de la celebración de las gestas libertarias de Junín y Ayacucho y de la convocatoria del Congreso Anfictiónico de Panamá, siguiendo el ejemplo de El Libertador Simón Bolívar, del Gran Mariscal de Ayacucho Antonio José de Sucre, del Libertador José de San Martín, de nuestros pueblos y héroes independentistas que construyeron, sin fronteras, la gran Patria Americana e interpretando las aspiraciones y anhelos de sus pueblos a favor de la integración, la unidad y la construcción de un futuro común, hemos decidido conformar la Comunidad Sudamericana de Naciones.

I. La Comunidad Sudamericana de Naciones se conforma teniendo en cuenta:

La historia compartida y solidaria de nuestras naciones, que desde las gestas de la independencia han enfrentado desafíos internos y externos comunes, demuestra que nuestros países poseen potencialidades aún no aprovechadas tanto para utilizar mejor sus aptitudes regionales como para fortalecer las capacidades de negociación y proyección internacionales;

Livro da Casa 2º.pmd 95 24/11/2005, 14:18

El pensamiento político y filosófico nacido de su tradición, que reconociendo la preeminencia del ser humano, de su dignidad y derechos, la pluralidad de pueblos y culturas, ha consolidado una identidad sudamericana compartida y valores comunes, tales como: la democracia, la solidaridad, los derechos humanos, la libertad, la justicia social, el respeto a la integridad territorial, a la diversidad, la no discriminación y la afirmación de su autonomía, la igualdad soberana de los Estados y la solución pacífica de controversias;

La convergencia de sus intereses políticos, económicos, sociales, culturales y de seguridad como un factor potencial de fortalecimiento y desarrollo de sus capacidades internas para su mejor inserción internacional;

La convicción de que el acceso a mejores niveles de vida de sus pueblos y la promoción del desarrollo económico, no puede reducirse sólo a políticas de crecimiento sostenido de la economía, sino comprender también estrategias que, junto con una conciencia ambiental responsable y el reconocimiento de asimetrías en el desarrollo de sus países, aseguren una más justa y equitativa distribución del ingreso, el acceso a la educación, la cohesión y la inclusión social, así como la preservación del medio ambiente y la promoción del desarrollo sostenible.

En este contexto, el desarrollo de las regiones interiores del espacio sudamericano, contribuirá a profundizar el proyecto comunitario, así como a mejorar la calidad de vida de estas zonas que se encuentran entre las de menor desarrollo relativo.

Su compromiso esencial con la lucha contra la pobreza, la eliminación del hambre, la generación de empleo decente y el acceso de todos a la salud y a la educación como herramientas fundamentales para el desarrollo de los pueblos;

Livro da Casa 2º.pmd 96 24/11/2005, 14:18



Su identificación con los valores de la paz y la seguridad internacionales, a partir de la afirmación de la vigencia del derecho internacional y de un multilateralismo renovado y democrático que integre decididamente y de manera eficaz el desarrollo económico y social en la agenda mundial;

La común pertenencia a sistemas democráticos de gobierno y a una concepción de Ia gobernabilidad, sustentada en la participación ciudadana que incremente la transparencia en la conducción de los asuntos públicos y privados, y ejerza el poder con estricto apego al estado de derecho, conforme a las disposiciones de la Carta Democrática Interamericana, en un marco de lucha contra la corrupción en todos Ios ámbitos;

Su determinación de desarrollar un espacio sudamericano integrado en lo político, social, económico, ambiental y de infraestructura, que fortalezca la identidad propia de América del Sur y que contribuya, a partir de una perspectiva subregional y, en articulación con otras experiencias de integración regional, al fortalecimiento de América Latina y el Caribe y le otorgue una mayor gravitación y representación en los foros internacionales.

Nuestra convicción en el sentido que la realización de los valores e intereses compartidos que nos unen, además de comprometer a los Gobiernos, sólo encontrará viabilidad en la medida que los pueblos asuman el rol protagónico que les corresponde en este proceso. La integración sudamericana es y debe ser una integración de los pueblos.

II. El espacio sudamericano integrado se desarrollará y perfeccionará impulsando los siguientes procesos:

Livro da Casa 2º.pmd 97 24/11/2005, 14:18

- La concertación y coordinación política y diplomática que afirme a la región como un factor diferenciado y dinámico en sus relaciones externas.

- La profundización de la convergencia entre MERCOSUR, la Comunidad Andina y Chile a través del perfeccionamiento de la zona de libre comercio, apoyándose en lo pertinente en la Resolución 59 del XIII Consejo de Ministros de la ALADI del 18 de octubre de 2004, y su evolución a fases superiores de la integración económica, social e institucional. Los Gobiernos de Suriname y Guyana se asociarán a este proceso, sin perjuicio de sus obligaciones bajo el Tratado revisado de Chaguaramas.

- La integración física, energética y de comunicaciones en Sudamérica sobre la base de la profundización de las experiencias bilaterales, regionales y subregionales existentes, con la consideración de mecanismos financieros innovadores y las propuestas sectoriales en curso que permitan una mejor realización de inversiones en infraestructura física para la región.

- La armonización de políticas que promuevan el desarrollo rural y agroalimentario.

- La transferencia de tecnología y de cooperación horizontal en todos los ámbitos de la ciencia, educación y cultura.

- La creciente interacción entre las empresas y la sociedad civil en la dinámica de integración de este espacio sudamericano, teniendo en cuenta la responsabilidad social empresarial.

Livro da Casa 2º.pmd 98 24/11/2005, 14:18



III. La Acción de la Comunidad Sudamericana de Naciones:

La Comunidad Sudamericana de Naciones establecerá e implementará progresivamente sus niveles y ámbitos de acción conjunta, promoviendo la convergencia y sobre la base de la institucionalidad existente, evitando la duplicación y superposición de esfuerzos y sin que implique nuevos gastos financieros.

Los Ministros de Relaciones Exteriores elaborarán una propuesta concreta de cursos de acción que considere, entre otros aspectos, las reuniones de Jefes de Estado como instancia máxima de conducción política y de Cancilleres como ámbito de decisión ejecutiva del proceso. Los Ministros contarán con la cooperación del Presidente del Comité de Representantes Permanentes del MERCOSUR, del Director de la Secretaría del MERCOSUR, del Secretario General de la Comunidad Andina, del Secretario General de la ALADI, y de la Secretaría Permanente de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica, así como de otros esquemas de cooperación e integración subregional. Las reuniones de Jefes de Estado y de Cancilleres sustituirán a las denominadas Cumbres Sudamericanas.

El Gobierno del Perú ejercerá la Secretaría Pro Témpore hasta la realización de la Primera Reunión de Jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones, que se realizará en Brasil en el año 2005. La Segunda Reunión se realizará en Bolivia.

Firmado en la ciudad del Cuzco, a los ocho días del mes de diciembre del año 2004.

Livro da Casa 2º.pmd 99 24/11/2005, 14:18









DECLARACIÓN DE AYACUCHO 2004

Declaración de Ayacucho 2004

1) Invitados por el Presidente del Perú, los Jefes de Estado de la República de Bolivia, de la República Cooperativa de Guyana, de la República de Panamá, de la República de Suriname, de la República Bolivariana de Venezuela, y altos representantes de la República Argentina, de la República Federativa de Brasil, de la República de Colombia, de la República de Chile, de la República de Ecuador, de los Estados Unidos Mexicanos, de la República de Paraguay, de la República Oriental de Uruguay, participaron en los actos conmemorativos de los 180 años de las batallas de Junín y Ayacucho que sellaron la independencia de América hispana y de la histórica convocatoria desde Lima, del Congreso Anfictiónico de Panamá, en las que se erigen como figuras emblemáticas El Libertador Simón Bolívar y el Gran Mariscal de Ayacucho Antonio José de Sucre.

2) Sobre la base de la constatación de una cultura e historia compartidas, de una continuidad geográfica, así como de un futuro de integración, los Presidentes reiteramos los ideales de libertad, igualdad y solidaridad que sustentaron la lucha por la independencia de nuestros pueblos.

Livro da Casa 2º.pmd 103 24/11/2005, 14:18

3) A treinta años de la Declaración de Ayacucho de 1974, hemos progresado en la consolidación de la vigencia de los derechos humanos y los valores democráticos y el estado de derecho y continuamos desplegando nuestros mayores esfuerzos para lograr un desarrollo sostenible económico y social que promueva, entre otros, la justicia social, la libertad, la igualdad, la tolerancia y el respeto al medio ambiente y que tome en consideración las urgentes necesidades de los más pobres, así como los especiales requerimientos de las economías pequeñas y vulnerables de América del Sur.

4) Hoy, en lo que fue uno de los más importantes escenarios de la independencia de la América hispana, saludamos la conformación de la Comunidad Sudamericana de Naciones que materializa la voluntad que los Jefes de Estado sudamericanos plasmaron en las declaraciones de Brasilia de 2000 y de Guayaquil de 2002.

5) Asimismo, destacamos la importancia del compromiso asumido para hacer efectiva la Zona de Paz Sudamericana y nos comprometemos a promover una cultura de paz que haga viables sociedades plurales e identificadas en propósitos comunes.

6) Reafirmamos nuestro compromiso con la efectiva aplicación de la Carta Democrática Interamericana, adoptada en Lima el 11 de setiembre de 2001 y reiteramos nuestra voluntad de desplegar esfuerzos para fortalecer los mecanismos que la promueven y defienden.

7) Reiteramos la necesidad de concluir los trabajos en el marco de la OEA para la adopción de la Carta Social de las Américas,

Livro da Casa 2º.pmd 104 24/11/2005, 14:18



la cual favorecerá la plena vigencia de los derechos sociales, económicos y culturales en beneficio de nuestros pueblos.

8) Reafirmamos nuestro pleno respaldo a la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA) y nuestro respaldo a los avances registrados en esta iniciativa, en particular la referida a la Agenda de Implementación Consensuada 2005-2010 y la cartera de proyectos IIRSA. En este sentido, acogiendo la propuesta formulada en la Sexta Reunión del Comité de Dirección Ejecutiva, rubricamos el mapa que contiene los proyectos incluidos inicialmente en dicha Agenda.

9) Reiteramos el derecho soberano de los Estados a identificar sus prioridades nacionales de seguridad, definir planes y acciones al respecto, en conformidad con su orden jurídico y con plena observancia del derecho internacional y de las Cartas de la Organización de Estados Americanos y de las Naciones Unidas.

10) Por otra parte, afirmamos que las condiciones de seguridad ciudadana y la necesidad de enfrentar las nuevas amenazas son indisociables del derecho al desarrollo económico y social de los pueblos. Por ello, acordamos la realización de una reunión sobre seguridad ciudadana y temas afines en la ciudad de Fortaleza, estado de Ceará, República Federativa de Brasil, en julio de 2005.

11) Asimismo, con miras a abordar otros aspectos importantes vinculados con el desarrollo económico y social de la región, convocamos a las siguientes conferencias:

Livro da Casa 2º.pmd 105 24/11/2005, 14:18

a) Conferencia de Ministros responsables de los programas sociales (segundo trimestre de 2005) con miras a establecer un Plan de Acción Sudamericano para el Trabajo Decente.

b) Conferencia Internacional Especial, a nivel ministerial, de países en desarrollo con flujos internacionales sustanciales de migrantes (primer semestre de 2005, Lima, Perú) con miras a articular líneas de acción que permitan atender las múltiples dimensiones del fenómeno migratorio, tomando en consideración los avances, iniciativas y recomendaciones de la V Conferencia Sudamericana sobre Migraciones realizada en la ciudad de La Paz, Bolivia, los días 25 y 26 de noviembre de 2004.

12) Reconocemos el aporte significativo de los Parlamentos regionales en la construcción del proceso de integración y expresamos nuestra satisfacción y beneplácito por la constitución de la Unión Interparlamentaria Sudamericana, conformada por las reuniones conjuntas de la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR, el Parlamento Andino y representantes del Congreso de Chile.

13) Los Presidentes y los Jefes de Estado asistentes expresamos nuestro más vivo agradecimiento al Presidente del Perú por suscitar la discusión de temas cruciales para la Región en tan significativo encuentro, así como por la organización de la III Cumbre Sudamericana y por las atenciones recibidas.

Firmada en Ayacucho, a los nueve días del mes de diciembre del año 2004.

Livro da Casa 2º.pmd 106 24/11/2005, 14:18

DECLARACIÓN
PRESIDENCIAL Y AGENDA PRIORITARIA









Declaración Presidencial y Agenda Prioritaria

En cumplimiento de lo acordado en la Declaración Presidencial del Cusco del 8 de diciembre de 2004, e inspirados en valores comunes tales como la democracia, la solidaridad, los derechos humanos, la libertad, la justicia social, el respeto a la integridad territorial, a la diversidad, la no discriminación y la afirmación de su autonomía, la igualdad soberana de los Estados y la solución pacífica de controversias, los Presidentes y Jefes de Gobierno de los Países de la Comunidad Sudamericana de Naciones, reunidos en Brasilia los días 29 y 30 de septiembre de 2005, declaran:

Introducción

1. La esencia de la Comunidad Sudamericana de Naciones es el entendimiento político y la integración económica y social de los pueblos de América del Sur.

2. La Comunidad Sudamericana de Naciones fortalecerá la identidad de América del Sur y contribuirá, en coordinación con otras experiencias de articulación regional y subregional, al

Livro da Casa 2º.pmd 109 24/11/2005, 14:18

fortalecimiento de la integración de los pueblos de América Latina y el Caribe.

3. La asociación recíproca de los Estados Partes del MERCOSUR y de la CAN, así como la asociación de Surinam, Guyana y Chile, son esenciales para la conformación de la Comunidad Sudamericana de Naciones, con miras a la finalidad última de la unión sudamericana.

4. La Comunidad Sudamericana de Naciones tiene como objetivo el fortalecimiento de los valores y principios comunes establecidos en la Declaración Presidencial del Cusco.

5. En el campo económico los propósitos de la Comunidad Sudamericana de Naciones incluyen el avance y la consolidación del proceso de convergencia encaminado al establecimiento de una zona de libre comercio sudamericana, con miras a su perfeccionamiento, así como la promoción del crecimiento económico y la reducción de las asimetrías, cuando ello sea posible, mediante la complementación de las economías de los países de América del Sur.

6. En ese sentido y conforme a lo dispuesto en la Declaración del Cusco, decidieron encargar a la Secretaría General de la ALADI, en coordinación con la Secretaría General de la Comunidad Andina y la Secretaría Técnica del MERCOSUR, la preparación de una propuesta en el marco de la resolución 59 del Consejo de Ministros de la ALADI, sobre la convergencia CAN-MERCOSUR y otros acuerdos comerciales de la región, para el perfeccionamiento de un

Livro da Casa 2º.pmd 110 24/11/2005, 14:18



área de libre comercio sudamericana, teniendo en cuenta el trato preferencial y diferenciado. Los esfuerzos de la Comunidad estarán encaminados principalmente a la promoción de mejores niveles de calidad de vida, generación de trabajo decente, justa distribución del ingreso y extensión de beneficios sociales a sus habitantes.

Organización

7. La Comunidad Sudamericana de Naciones se establecerá con base en la institucionalidad existente, evitando la duplicación y superposición de esfuerzos, sin nuevos gastos financieros, estableciendo coordinación entre las Cancillerías, con el apoyo de los organismos de integración existentes y perfeccionando su funcionamiento.

8. Las Reuniones de Jefes de Estado constituyen la instancia máxima de la conducción política de la Comunidad. Las mismas serán anuales, se realizarán en todos los países miembros, preferiblemente en orden alfabético.

9. Las reuniones de los Ministros de Relaciones Exteriores tienen por objeto primordial: promover el diálogo político, preparar las reuniones de los Jefes de Estado y adoptar las decisiones ejecutivas para implementar las directrices presidenciales. Tendrán una periodicidad semestral.

10. Los Viceministros de Relaciones Exteriores coordinarán las posiciones de los países de la Comunidad y prepararán las reuniones de Cancilleres.

Livro da Casa 2º.pmd 111 24/11/2005, 14:18

11. Las Reuniones Ministeriales Sectoriales serán convocadas por los Jefes de Estado y examinarán y promoverán proyectos y políticas específicas de integración sudamericana en áreas como salud, educación, cultura, ciencia y tecnología, seguridad ciudadana, infraestructura de energía, transportes, comunicaciones y desarrollo sostenible. En este sentido estas reuniones se realizarán valiéndose de los mecanismos existentes en el MERCOSUR y en la CAN.

12. Las reuniones en el área de infraestructura promoverán la implementación de la agenda consensuada de proyectos prioritarios de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA), entre otros, tomando en cuenta los planes de desarrollo nacionales, bilaterales y regionales, contando con la participación de las comunidades involucradas y protegiendo el medio ambiente.

13. La coordinación y concertación política y diplomática que afirme a la región como un factor diferenciado y dinámico en sus relaciones externas es un objetivo prioritario de la Comunidad Sudamericana de Naciones, que, en esta etapa, se expresará en torno a un diálogo e intercambio de información sobre los asuntos de interés mutuo. Sus pronunciamientos se adoptarán por consenso.

14. La Secretaría Pro-Témpore de la Comunidad Sudamericana de Naciones será ejercida en forma rotativa por cada uno de los países miembros, por períodos anuales, que culminarán en la Reunión de Jefes de Estado. Brasil ejercerá la Secretaría Pro

Livro da Casa 2º.pmd 112 24/11/2005, 14:18



Témpore hasta la realización de la Segunda Reunión de Jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones que se realizará en Bolivia en el año 2006.

15. La "Troika" de la Comunidad estará constituida por el país-sede de la Reunión de Presidentes, y por los países-sede de las reuniones en el año anterior y en el año siguiente. La "Troika" apoyará las actividades de la Secretaría Pro-Tempore.

Agenda Prioritaria

16. Las áreas de acción prioritaria de la Comunidad Sudamericana de Naciones, son:

- el diálogo político,
- la integración física;
- el medio ambiente;
- la integración energética;
- los mecanismos financieros sudamericanos;
- las asimetrías;
- la promoción de la cohesión social, de la inclusión social y de la justicia social; y,
- las telecomunicaciones.

17. Encargamos a las Instituciones Regionales de Integración que presenten a las Cancillerías y a los Ministerios relacionados, sugerencias para desarrollar propuestas y planes específicos de trabajo sobre las áreas de la agenda mencionada en el párrafo anterior. Dichos

Livro da Casa 2º.pmd 113 24/11/2005, 14:18

trabajos deberán iniciarse de inmediato y ser presentados a más tardar en el primer semestre del año 2006.

18. En la temática referida a la reducción de las asimetrías, convocamos a la Secretaría General de la CAN, la Secretaría Técnica del MERCOSUR, la Secretaría General de la ALADI, la Secretaría Permanente del SELA, la Secretaría Permanente de la OTCA, Secretaria del CARICOM y la CEPAL, para la elaboración de un documento de reflexión para la reunión convocada por Bolivia "Foro: Un nuevo Tratamiento de las Asimetrías en la Integración Sudamericana" en la ciudad de La Paz el 21 de octubre de 2005, manifestando su expectativa de que este Foro contribuya con sugerencias para la reducción de las asimetrías en la región y para que las relaciones económicas produzcan beneficios para todos.

19. Las referidas secretarías brindarán apoyo igualmente a la Secretaría Pro Tempore en los temas de naturaleza técnica que le conciernan, relativos a esta Declaración.

Livro da Casa 2º.pmd 114 24/11/2005, 14:18

PROGRAMA DE ACCIÓN

Programa de Acción

1. El fortalecimiento de los vínculos institucionales entre el MERCOSUR y la CAN será promovido a través del mecanismo de asociación recíproca entre los Estados Miembros de los dos organismos, con la participación de Chile, Guyana y Surinam.

2. Para contribuir a la operatividad de lo que está consignado en el párrafo 13 de la Declaración Presidencial se conformará un foro sudamericano de consulta y concertación política, conformado por el FCCP del Mercosur, el Mecanismo de Coordinadores de la Política Exterior Común de la Comunidad Andina y los representantes de Guyana y Surinam.

3. La Secretaría Pro Tempore realizará consultas con miras a la emisión de declaraciones consensuadas con todos los miembros, ante situaciones internacionales y regionales de interés comun.

4. Los países de la Comunidad podrán presentar proyectos consensuados de interés común en los organismos internacionales y regionales.

Livro da Casa 2º.pmd 117 24/11/2005, 14:18

5. Serán programadas reuniones conjuntas entre los órganos del MERCOSUR, de la CAN, Chile, Guyana y Surinam que actúen en áreas afines de acuerdo a un cronograma previamente establecido.

6. Los secretariados de la CAN y del MERCOSUR harán una revisión de los acuerdos ya alcanzados por la CAN y por el MERCOSUR en las áreas política y social a fin de examinar en conjunto con Chile, Guyana y Surinam la posibilidad de su extensión a todos los países de América del Sur.

7. Los países sudamericanos convienen negociar un Acuerdo de exención de visas y habilitación de documentos de identidad para que sus nacionales ingresen y transiten en sus respectivos territorios en calidad de turistas.

8. La Secretaría Pro Tempore solicitará a los secretariados de ALADI, del MERCOSUR, de la CAN y de CARICOM, con la concurrencia de Chile, Guyana y Surinam, que preparen, a más tardar en el primer semestre de 2006, estudios sobre la convergencia de los acuerdos de complementación económica entre los países de América del Sur. Estos estudios deberán incluir el objetivo de conformar gradualmente una zona de libre comercio sudamericana así como la complementación de las economías de los países de América del Sur y la promoción de su crecimiento y desarrollo, tomando en consideración la reducción de asimetrías existentes y preservando los avances adquiridos en la resolución 59 del Consejo de Ministros de Aladi, en el caso de los países partes o miembros de esa organización.

Livro da Casa 2º.pmd 118 24/11/2005, 14:18



9. Será realizado en La Paz, el 21 de octubre, un foro sobre nuevo tratamiento de las asimetrías en la integración sudamericana.

10. La Secretaría Pro Tempore invitará a todos los países al desarrollo de programas para la eliminación de la Fiebre Aftosa, cuando se considere necesario o pertinente, y/o a adherirse al Programa de Acción Mercosur Libre de Fiebre Aftosa (Dec. CMC 8/05).

11. La Secretaría Pro Tempore estimulará la realización de ruedas sudamericanas de negocios para promover un mayor aprovechamiento de los acuerdos de complementación económica firmados entre los países sudamericanos. A estas ruedas de negocios se podrán extender invitaciones a otros países de América Latina y el Caribe.

12. Se fomentará la coordinación de los programas de promoción de comercio y las inversiones entre los países de la Comunidad Sudamericana de Naciones considerando, entre otras, la experiencia desarrollada por Brasil en su Programa de Sustitución Competitiva de Importaciones.

13. Los países de la Comunidad Sudamericana de Naciones intercambiarán experiencias sobre facilitación del comercio, complementación de cadenas productivas e integración en las zonas fronterizas. La Secretaría Pro Tempore organizará una reunión para el intercambio de experiencias sobre cooperación fronteriza.

14. Se dará impulso a la conclusión de los proyectos prioritarios para la integración sudamericana en las áreas de

Livro da Casa 2º.pmd 119 24/11/2005, 14:18

infraestructura de transportes, de energía y de comunicaciones, sobre la base de la profundización de las experiencias bilaterales, subregionales y regionales existentes. Al respecto, se destaca la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA), como marco de trabajo para todos los países de América del Sur que, considerando la viabilidad técnica, social, ambiental y económica de los proyectos presentados, elaboró una Agenda de Implementación Consensuada cuyo respaldo fue expresado por los países en la Declaración de Ayacucho de 2004.

15. Considerando que el agua es un recurso natural soberano de incuestionable importancia estratégica para la región, la Comunidad Sudamericana de Naciones reitera su firme decisión de resguardar su aprovechamiento de manera racional, equitativa y sustentable, preservando la conservación de sus fuentes. En ese contexto se impulsará la celebración de reuniones y seminarios para intercambio de experiencias sobre la materia.

16. Teniendo en cuenta las conclusiones del Encuentro Sudamericano de Transporte Aéreo, celebrado en Brasilia los días 29 y 30 de septiembre, la Secretaría Pro Tempore convocará una reunión de autoridades de aviación civil y Ministros de Turismo para examinar las bases de un programa sudamericano de conectividad aérea, para fomentar el turismo y el comercio regional, en el marco de los entendimientos vigentes.

17. Reafirman la importancia de la integración energética de América del Sur. Ratifican los resultados de la I Reunión de Ministros de Energía de la Comunidad Sudamericana de Naciones,

Livro da Casa 2º.pmd 120 24/11/2005, 14:18



realizada en Caracas, el 26 de septiembre de 2005, en la cual se decidó continuar dando pasos concretos dentro de la iniciativa Petroamérica, sobre la base de los principios contenidos en su Declaración.

Reiteran la invitación a todos los países sudamericanos a que consideren su incorporación en el proceso de estudio de un acuerdo de complementación energética regional propuesto por Uruguay en la Reunión de Ministros de Energía del Mercosur, Chile, Perú y Bolivia, realizada en Montevideo, el 22 de agosto de 2005.

Además, instan a los Ministros de los países que trabajan en la iniciativa de la Red de Gasoductos del Sur a que avancen, a la brevedad posible, en el desarrollo de ese proyecto, atendiendo a los aspectos institucionales, legales, técnicos y económicos que permitan su pronta viabilización.

18. La Secretaría Pro Tempore solicitará a los organismos financieros regionales que, en conjunto con los bancos e instituciones nacionales de desarrollo, impulsen los trabajos del Proceso Sectorial para identificar mecanismos innovadores y encontrar soluciones que permitan el financiamiento de la Cartera Estratégica de Proyectos IIRSA.

19. Los países miembros de la CAF harán todos los esfuerzos para posibilitar la incorporación de todos los países sudamericanos a ese organismo financiero, como socios plenos de la categoría A, a petición de parte.

Livro da Casa 2º.pmd 121 24/11/2005, 14:18

20. La Secretaría Pro Tempore convocará un taller con la participación de representantes de los sectores público y privado y de los organismos financieros regionales, para discutir modalidades alternativas que permitan financiar proyectos de inversión económica y de cohesión social, en las más ventajosas condiciones, en especial para apoyar a las pequeñas y medianas empresas y a las cooperativas.

21. Se conformará un grupo de trabajo técnico, con la participación de los órganos de gobierno a cargo de la formulación de políticas, normas y regulación de los servicios de comunicación e Internet, con el propósito de examinar la posibilidad de impulsar el desarrollo de una infraestructura de redes, indispensable para la sociedad regional de la información, que incluya puntos de intercambio de Internet, troncales regionales y servidores primarios, respetando la situación y las necesidades específicas de la región.

22. Se desarollará un programa de erradicación del dengue y la malaria en todos los países de América del Sur que lo requieran.

23. Ante la urgente necesidad de avanzar en la superación de las desigualdades sociales sudamericanas, la Secretaría Pro Tempore de la Comunidad Sudamericana de Naciones convocará a una reunión de expertos y de responsables de programas gubernamentales de desarrollo social, de combate a la pobreza y de emergencia social, para recomendar, a la brevedad, propuestas de acción en estos aspectos.

24. Los Ministros de Turismo examinarán aún en el segundo semestre del 2005, un programa de cooperación para promover la

Livro da Casa 2º.pmd 122 24/11/2005, 14:18



responsabilidad ética en el turismo, con especial atención a la prevención de la explotación de niños y adolescentes y a los efectos del turismo sobre el medio ambiente.

25. Considerando que el tema del medio ambiente hace parte de la agenda prioritaria del proceso de integración sudamericano, se acuerda celebrar en la ciudad de Quito, durante el primer semestre del año 2006, una reunión de los países sudamericanos, conjuntamente con instituciones académicas y organizaciones gubernamentales regionales y subregionales, a fin de analizar puntos de interés común sobre esa materia.

26. Se promoverá la participación de la sociedad en su conjunto para facilitar la divulgación de la integración y de la realidad sudamericana a través de diferentes sistemas de comunicación, educativos, de información y culturales, con pleno respeto a la libertad de prensa y al derecho que tienen los pueblos a ser informados.

27. Los Ministros de Cultura y sus equivalentes se reunirán en el primer semestre de 2006 y estudiarán una propuesta de agenda cultural sudamericana. Esta agenda podría, entre otros, incluir un festival rotativo de cultura, producciones cinematográficas conjuntas y un premio sudamericano de cultura.

28. Será organizada cada dos años y en forma rotativa una feria de ciencia y tecnologia sudamericana. Serán estimulados los proyectos de investigación científicos y tecnológicos conjuntos. Será instituido un premio sudamericano de ciencia y tecnologia.

Livro da Casa 2º.pmd 123 24/11/2005, 14:18

29. Se elaborará un Plan de Cooperación en Innovación, Investigación y Desarrollo con especial referencia a temas de ciencia y tecnología y sus aplicaciones al desarrollo productivo y de servicios, poniendo énfasis en ampliar las potencialidades de los recursos naturales disponibles en la región, así como de la industria generadora de valor agregado, teniendo en cuenta los programas existentes.

30. Se elaborará, con la colaboración del Convenio Andrés Bello, un catastro de instrumentos internacionales vigentes, que se refieran al reconocimiento mutuo de títulos profesionales y diplomas universitarios, con el fin de evaluar dichos instrumentos y considerar su eventual perfeccionamento mediante la negociación de textos complementarios que se estimen pertinentes.

Livro da Casa 2º.pmd 124 24/11/2005, 14:18

DECLARACIÓN SOBRE LA CONVERGENCIA DE LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN EN AMÉRICA DEL SUR

Declaración sobre la Convergencia de los Procesos de Integración en América del Sur

En cumplimiento a lo acordado en la Declaración Presidencial de Cusco, del 8 de diciembre de 2004, la integración sudamericana es y debe ser una integración de los pueblos en favor de la construcción de un espacio sudamericano integrado, los Presidentes de la Comunidad Sudamericana de Naciones deciden:

1. Promover la convergencia de los Acuerdos de Complementación Económica entre los países de América del Sur.

2. Solicitar a los secretariados de ALADI, del MERCOSUR, de la CAN y de CARICOM, con la concurrencia de Chile, Guyana y Surinam, que preparen, a más tardar en el primer semestre de 2006, estudios sobre la convergencia de los acuerdos de complementación económica entre los países de América del Sur. Estos estudios deberán incluir el objetivo de conformar gradualmente una zona de libre comercio sudamericana así como la complementación de las economías de los países de América del Sur y la promoción de su crecimiento y desarrollo, tomando en

Livro da Casa 2º.pmd 127 24/11/2005, 14:18

consideración la reducción de asimetrías existentes y preservando los avances adquiridos en la resolución 59 del Consejo de Ministros de Aladi, en el caso de los países partes o miembros de esa organización.

Livro da Casa 2º.pmd 128 24/11/2005, 14:18

DECLARACIÓN SOBRE INTEGRACIÓN EN EL ÁREA DE INFRAESTRUCTURA









Declaración sobre Integración en el Área de Infraestructura

En cumplimiento a lo acordado en la Declaración Presidencial de Cusco, del 8 de diciembre del 2004, e interpretando las aspiraciones de sus pueblos a favor de la construcción de un espacio sudamericano integrado, los Presidentes de la Comunidad Sudamericana de Naciones deciden:

1. Acelerar el proceso de ejecución de los proyectos prioritários para la integración sudamericana en las áreas de infraestructura de transportes y de comunicaciones;

2. Impulsar alternativas de financiamiento que tengan en cuenta la realidad financiera de los países sudamericanos, preserven la capacidad regulatoria y la autonomía decisoria de los Estados, y estimulen la realización de las inversiones necesarias a la implementación de los proyectos prioritarios de integración física, energética y de comunicaciones de América del Sur, identificados por los países y reunidos en la denominada "Cartera IIRSA";

3. La Secretaría Pro Tempore solicitará a los organismos financieros regionales que, en conjunto con los bancos e

Livro da Casa 2º.pmd 131 24/11/2005, 14:18

instituciones nacionales de desarrollo, impulsen los trabajos del Proceso Sectorial para identificar mecanismos innovadores y encontrar soluciones que permitan el financiamiento de la Cartera Estratégica de Proyectos IIRSA.

4. Convocar una reunión ministerial sectorial en el área de transportes, obras públicas y planificación para, con base en la profundización de las experiencias bilaterales, regionales y subregionales existentes, identificar las restricciones y proponer un programa de acción con medidas concretas para adelantar la ejecución de proyectos prioritarios de integración física.

5. Conformar un grupo de trabajo técnico, con la participación de los órganos de gobierno a cargo de la formulación de políticas, normas y regulación de los servicios de comunicación e Internet, con el propósito de examinar la posibilidad de impulsar el desarrollo de una infraestructura de redes, indispensable para la sociedad regional de la información, que incluya puntos de intercambio de Internet, troncales regionales y servidores primarios, respetando la situación y las necesidades específicas de la región.

6. Reafirman la importancia de la integración energética de América del Sur. Ratifican los resultados de la I Reunión de Ministros de Energía de la Comunidad Sudamericana de Naciones, realizada en Caracas, el 26 de septiembre de 2005, en la cual se decidó continuar dando pasos concretos dentro de la iniciativa Petroamérica, sobre la base de los principios contenidos en su Declaración.

Livro da Casa 2º.pmd 132 24/11/2005, 14:18



Reiteran la invitación a todos los países sudamericanos a que consideren su incorporación en el proceso de estudio de un acuerdo de complementación energética regional propuesto por Uruguay en la Reunión de Ministros de Energía del Mercosur, Chile, Perú y Bolivia, realizada en Montevideo, el 22 de agosto de 2005.

Además, instan a los Ministros de los países que trabajan en la iniciativa de la Red de Gasoductos del Sur a que avancen, a la brevedad posible, en el desarrollo de ese proyecto, atendiendo a los aspectos institucionales, legales, técnicos y económicos que permitan su pronta viabilización.

Livro da Casa 2º.pmd 133 24/11/2005, 14:18









Decisón sobre Propuestas Presentadas durante el Diálogo Presidencial









Decisón sobre Propuestas Presentadas durante el Diálogo Presidencial

Además de lo que consta en los documentos aprobados, los Presidentes hicieron varias propuestas de acciones concretas para la Comunidad.

En ese sentido, los Presidentes instruyeron a las reuniones ministeriales y a la Secretaría Pro Tempore, con la contribuición de los Secretariados de los organismos regionales de integración, que pongan en ejecución inmediata las siguintes directrices:

a) establecer un cronograma con plazos definidos para el inicio de la implementación de los proyectos de integración de la infraestructura de transportes;

b) promover la integración sudamericana en el área de servicios y transportes aéreos, con atención a vuelos regionales;

c) definir proyectos de integración en el área social, incluyendo acceso universal a la salud, eliminación del analfabetismo, establecimiento de un programa de becas y formación técnica.

Livro da Casa 2º.pmd 137 24/11/2005, 14:18









DECISIÓN SOBRE LAS PROPUESTAS DE LOS PRESIDENTES DE URUGUAY Y VENEZUELA









Decisión sobre las Propuestas de los Presidentes de Uruguay y Venezuela

Los Presidentes de los Países de la Comunidad Sudamericana de Naciones han recibido con satisfacción las sugerencias elaboradas por los Presidentes Tabaré Vázquez y Hugo Chávez Frías en su carta con fecha de 10 de agosto de 2005, que constituyen un valioso aporte de ideas para el fortalecimiento de la integración y solidaridad entre los pueblos de América del Sur.

Los Presidentes se complacen que muchas entre aquellas sugerencias se encuentran reflejadas en las Declaraciones y en el Programa de Acción aprovados en esta I Reunión de Jefes de Estado de los Países de la Comunidad.

A los efectos de una pronta decisión con respecto a eses temas, los Presidentes de los Países de la Comunidad decidieron encargar a la Secretaría Pro Tempore realizar las consultas pertinentes en el plazo de 90 días.

Livro da Casa 2º.pmd 141 24/11/2005, 14:18









DECLARACIÓN SOBRE EL SEGUIMIENTO DE LA CUMBRE AMÉRICA DEL SUR-PAÍSES ÁRABES

Declaración sobre el Seguimiento de la Cumbre América del Sur-Países Árabes

Los Jefes de Estado de los Países Sudamericanos, reunidos en Brasilia los días 29 y 30 de septiembre de 2005, reiteran la importancia de la Cumbre América del Sur – Países Árabes, celebrada en esta misma capital los días 10 y 11 de mayo, y destacan la necesidad de aprovechar el momento político favorable y la dinámica generados por ella para promover el fortalecimiento y la diversificación de las relaciones entre estas dos regiones del mundo en desarrollo.

Reafirman su compromiso con la implementación de las decisiones y recomendaciones emanadas de ella.

En este sentido, confirman su disposición de participar activamente en las actividades de seguimiento previstas en la Declaración de Brasilia, sobre todo las reuniones de Argel (19 y 20.11.05) y Alepo (14 y 15.12.2005) sobre la Biblioteca Árabe-Sudamericana, la reunión en El Cairo de Altos Funcionarios (29 y 30.11.05) y las reuniones ministeriales sobre cultura y temas económicos, que se realizarán respectivamente en Argel y Quito, en el primer semestre de 2006.

Livro da Casa 2º.pmd 145 24/11/2005, 14:18

DECLARACIÓN SOBRE LA CUMBRE COMUNIDAD SUDAMERICANA DE NACIONES / UNIÓN AFRICANA









Declaración sobre la Cumbre Comunidad Sudamericana de Naciones / Unión Africana

Los Presidentes manifiestan su beneplácito ante la propuesta del Presidente Olosegun Obasanjo, de Nigeria, de realización de una reunión de Jefes de Estado y de Gobierno de los países de la Comunidad Sudamericana de Naciones y los países de la Unión Africana, e instruyen la Troica a hacer las consultas pertinentes para su organización.

Livro da Casa 2º.pmd 149 24/11/2005, 14:18

DECLARACIÓN CONJUNTA DE LOS PRESIDENTES DE LA COMUNIDAD SURAMERICANA DE NACIONES SOBRE APOYO A LOS ESFUERZOS PARA EL ESTABLECIMIENTO DE LA PAZ EN COLOMBIA









Declaración Conjunta de los Presidentes de la Comunidad Suramericana de Naciones sobre apoyo a los esfuerzos para el establecimiento de la paz en Colombia

Los Presidentes de las Naciones Suramericanas, reunidos con ocasión de la primera cumbre de la Comunidad Suramericana de Naciones, celebrada en Brasilia el día 30 de septiembre de 2005, expresaron su reconocimiento y apoyo a los esfuerzos que se realizan en Colombia para el establecimiento de la paz. Saludaron la desmovilización tanto colectiva como individual que se adelanta y el desarme de mas de 18.600 miembros de grupos armados ilegales y reconocieron el aporte de la Organización de los Estados Americanos (OEA), mediante la Misión de Acompañamiento al Proceso de Paz, MAPP-OEA.

Manifestaron, asimismo, la importancia del proceso de reinserción y del apoyo a las comunidades donde se han dado las desmovilizaciones para asegurar un proceso de paz sostenible dentro del marco del estricto respeto de los Derechos Humanos y el Derecho Internacional Humanitario.

Los Presidentes reconocieron que para el éxito del proceso de desmovilización, desarme y reinserción, así como el de la verificación de la Misión de la OEA, se requiere del concurso de la Comunidad Internacional.

En este contexto, expresaron su interés en fortalecer el apoyo a la Misión con el propósito que pueda concluir de manera integral

Livro da Casa 2º.pmd 153 24/11/2005, 14:18

el mandato impartido por el Consejo Permanente de la OEA, e invitaron al Secretario General de ese Organismo a que en el término de un mes, indique a los países de la Comunidad Suramericana de Naciones la mejor forma en que se pueda materializar ese apoyo.

Livro da Casa 2º.pmd 154 24/11/2005, 14:18

Declaración de Caracas en el Marco de la I Reunión de Ministros de Energía de la Comunidad Suramericana de Naciones

Declaración de Caracas en el Marco de la I Reunión de Ministros de Energía de la Comunidad Suramericana de Naciones

Nosotros, los Ministros de Energía y altos representantes de los gobiernos de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Paraguay, Perú, Uruguay, Suriname y Venezuela; reunidos en Caracas, Venezuela, el 26 de septiembre de 2005, conforme a lo acordado en la Declaración de los Ministros de Relaciones Exteriores de la Comunidad Suramericana de Naciones en Guayaquil el 02 de agosto de 2005, reconociendo que, a pesar de los avances que han tenido lugar en materia de integración energética en la región Suramericana y del enorme potencial en recursos energéticos que posee la región, Suramérica enfrenta aún serios desafíos para asegurar su suministro energético, y asimismo:

Teniendo presente los siguientes antecedentes relacionados com las anteriores reuniones y declaraciones de integración:

La Resolución XXXIV/D/420, de la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE) sobre integración energética, suscrita en octubre de 2003;

Livro da Casa 2º.pmd 157 24/11/2005, 14:18

La Declaración de la I Reunión de Ministros de Energía de América del Sur sobre Energía, en la Isla de Margarita, firmada por Argentina, Bolivia, Brasil y Venezuela, el pasado 29 de octubre de 2004, en la que se declara realizar acciones concretas para la conformación de PETROSUR;

La base conceptual para la constitución del Secretariado de PETROSUR, suscrita por los ministros de Energía de las Repúblicas de Argentina, Brasil y Venezuela en la ciudad de Brasilia, el pasado 10 de mayo de 2005;

El Acuerdo de Adhesión de la República Oriental del Uruguay a la Secretaría de PETROSUR, en la ciudad de Montevideo el 10 de agosto de 2005;

La Declaración de PETROCARIBE emitida el día 29 de junio de 2005, en Puerto La Cruz, Venezuela;

La II Reunión de Ministros de Energía del MERCOSUR, más Chile, Perú y Bolivia, celebrada en Montevideo, Uruguay, el 22 de agosto de 2005;

La presentación de la estrategia de PETROAMERICA hecha por Venezuela en esta Reunión;

CONSIDERANDO que la estrategia PETROAMERICA busca ser un habilitador geopolítico fundamentado en la identificación de mecanismos de cooperación e integración energética, como base para el mejoramiento socio-económico de sus pueblos;

Livro da Casa 2º.pmd 158 24/11/2005, 14:18



CONSIDERANDO que PETROAMERICA tiene por objetivo ser un acuerdo multilateral para la coordinación de políticas energéticas com la finalidad de procurar la integración regional y agilizar la toma de decisiones que conduzcan a la culminación exitosa de los procesos de integración;

CONSIDERANDO que PETROAMERICA busca identificar complementaridades y aprovechar los potenciales energéticos y los beneficios de los intercambios para solventar las asimetrías energéticas, económicas y sociales de la región;

ASUMIENDO que la iniciativa de PETROAMERICA tiene como objetivo la integración en materia de energía, a través de una plataforma que imprima celeridad a los acuerdos energéticos bilaterales;

CONSCIENTES de la necesidad de que la integración energética promueva un mayor énfasis en el desarrollo social de nuestros pueblos;

DECIDIDOS a buscar, como un objetivo fundamental de los procesos de integración, el mejor acceso en términos de disponibilidad y de costos, para el beneficio de nuestros pueblos;

CONVENCIDOS del derecho que tienen los Estados de hacer respetar la Soberanía de sus pueblos, para de esta manera salvaguardar el interés de sus naciones y la autonomía de las mismas en el manejo y utilización de sus recursos energéticos;

Livro da Casa 2º.pmd 159 24/11/2005, 14:18

CONSIDERANDO que la estrategia PETROAMERICA no se limita al sector de los hidrocarburos sino que comprende el sector energético de manera integral;

CONSCIENTES de que la integración energética es muy importante para consolidar la integración regional;

Acordamos:

CONTINUAR dando pasos concretos dentro de la iniciativa PETROAMERICA, com el objetivo de materializar la integración energética entre nuestros países com base a los siguientes principios:

- La Cooperación y Complementación entre los países de Suramérica;
- La solidaridad entre los pueblos;
- El respeto a la Soberanía y a la Autodeterminación de los pueblos;
- El derecho soberano a establecer los criterios que aseguren el desarrollo sustentable en la utilización de los recursos naturales renovables y no renovables, así como también a administrar la tasa de explotación de los recursos naturales no renovables;
- La integración regional en busca de la complementariedad de los países en el uso equilibrado de los recursos para el desarrollo de sus pueblos;
- El respeto a los modos de propiedad que utiliza cada Estado para el desarrollo de sus recursos energéticos.

Livro da Casa 2º.pmd 160 24/11/2005, 14:18



DESIGNAR al Ministro de Energía y Petróleo de la República Bolivariana de Venezuela como relator de los Acuerdos alcanzados en esta reunión, ante la Cumbre de Jefes de Estado de la Comunidad Suramericana de Naciones a celebrarse en la ciudad de Brasilia, los días 29 y 30 de septiembre de 2005.

INVITAR a los países presentes en esta Reunión a considerar su incorporación en el proceso de estudio de un Acuerdo de complementación energética regional propuesto por Uruguay en la Reunión de Ministros de Energía del MERCOSUR, más Chile, Perú y Bolivia, celebrada en Montevideo, Uruguay, el 22 de agosto de 2005.

Igualmente, expresamos nuestro agradecimiento al Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela por su cálida hospitalidad y la excelente organización de esta reunión.

Caracas, 26 de septiembre de 2005

Livro da Casa 2º.pmd 161 24/11/2005, 14:18









Declaración de Seguridad Ciudadana en Sudamérica
Fortaleza, 26.08.2005

Declaración de Seguridad Ciudadana en Sudamérica Fortaleza, 26.08.2005

En el ámbito de la Comunidad Sudamericana de Naciones (CASA), creada por la Declaración de Cusco de diciembre 2004, y aplicándose el punto 10 de la Declaración de Ayacucho, de la misma ocasión, la cual acordó la realización de una reunión sobre Seguridad Ciudadana y temas afines en Brasil, los Ministros de Justicia, de Interior, Defensa y de Seguridad Ciudadana de los Países de la CASA reunidos en Fortaleza, los días 25 y 26 de agosto de 2005, considerando:

QUE los Jefes de Estado de los países sudamericanos reiteraron en ocasión de la Cumbre realizada en el Cusco la necesidad de promover el acceso a mejores niveles de vida de sus pueblos y de desarrollo económico, el cual debe entenderse de una manera integral que comprende asegurar una más justa y equitativa distribución del ingreso, el acceso a la educación, la cohesión y la inclusión social, así como la preservación del medio ambiente y la promoción del desarrollo sostenido;

QUE reconocen el trabajo desarrollado en el ámbito del Mercosur, de la Comunidad Andina y de otros foros intergubernamentales e

Livro da Casa 2º.pmd 165 24/11/2005, 14:18

internacionales y que, por lo tanto, se deben integrar los mismos para asegurar la participación de todos los países del subcontinente con el fin de intercambiar estrategias en la materia;

QUE en dicho proceso de integración de experiencias, la responsabilidad estatal es protagónica, originaria e indelegable, debiéndose contar con el invalorable aporte de la participación comunitaria y la asistencia técnica y financiera de los organismos internacionales;

QUE es derecho inalienable de los pueblos de los países sudamericanos contar con las condiciones que garanticen su desarrollo en un ambiente de paz, con buena calidad de vida, libre de la violencia y de la criminalidad;

QUE la seguridad es una condición necesaria para el ejercicio de la libertad y, por lo tanto, indispensable para el desarrollo de las ciudadanas y de los ciudadanos en una sociedad democrática. No existe una democracia sin libertad, y es imposible la libertad sin seguridad;

QUE desde el punto de vista conceptual, las formas de tratamiento de la Seguridad Ciudadana están en permanente proceso de evolución en todos los países de Sudamérica. A la preocupación por la seguridad del Estado, se sumó la preocupación por la seguridad de los ciudadanos, con valores propios, en el marco del respeto a la ley y la protección de los derechos humanos. La evolución política y el desarrollo de paradigmas universales ponen el foco de atención de la Seguridad Ciudadana en la construcción de una cultura para

Livro da Casa 2º.pmd 166 24/11/2005, 14:18



la convivencia en paz, de reconocimiento a la dignidad humana y al sistema democrático. Por esa razón, se hace necesario construir prácticas dirigidas a garantizar a los ciudadanos el libre ejercicio de sus derechos y libertades así como el cumplimiento de sus deberes, en un medio sin amenazas y riesgos que permita el restablecimiento de la confianza comunitaria e institucional.

QUE la participación ciudadana es un elemento clave para avanzar en la consolidación de valores y normas comunitarias, como el respeto y la solidaridad, que han sido tradicionales en las comunidades sudamericanas;

QUE en muchos países, históricamente, la seguridad prestada por el Gobierno al ciudadano fue insuficiente, concentrándose en las fuerzas policiales de forma aislada y disociada de la sociedad;

QUE la inequidad social es una de las causantes de la violencia y la inseguridad en Sudamerica, del mismo modo que estas dificultan los avances hacía una mayor equidad social;

QUE, en este sentido, es conveniente conocer las causas sociales de la criminalidad para diseñar políticas efectivas de Seguridad Ciudadana de carácter multidisciplinario, multisectorial y multinivel;

QUE los distintos instrumentos y metodologías de medición revelan que la inseguridad es una de las principales preocupaciones de las y de los ciudadanos sudamericanos en el tiempo actual. En diversos países de la región, la sociedad civil y los Gobiernos se han

Livro da Casa 2º.pmd 167 24/11/2005, 14:18

movilizado, en búsqueda de respuestas eficaces frente a la violencia y criminalidad comunes en nuestras ciudades;

QUE la aplicación de políticas públicas en materia de Seguridad Ciudadana en áreas y poblaciones de fronteras es de gran importancia para el avance del proceso de integración y seguridad regionales;

QUE así como la Seguridad Ciudadana constituye una acción mancomunada de los Estados con las energías sociales y los organismos internacionales, se debe tener presente que la seguridad pública, entendida como la acción estatal exclusiva, reclama para sí la intervención en aquellos delitos cuya complejidad, peligrosidad y grado de organización así lo aconsejen.

Declaran:

(1) La importancia de establecer políticas públicas comunes en materia de Seguridad Ciudadana, a través de la cooperación en capacitación, intercambio de información y de experiencias considerando la institucionalidad de la integración existente, evitando la superposición de esfuerzos y mayores gastos financieros

(2) La necesidad de consolidar una visión integral del fenómeno que promueva el uso de los instrumentos de la prevención y control de la violencia y criminalidad apoyados en estudios de investigación y trabajos académicos que le den fundamento.

(3) El interés de profundizar los esfuerzos para incluir, donde las normas lo permiten, nuevos actores en la gestión de los

Livro da Casa 2º.pmd 168 24/11/2005, 14:18



asuntos referentes a la seguridad del ciudadano, tales como gobiernos distintos al del nivel nacional, agencias gubernamentales encargadas de atender a las poblaciones en riesgo, así como el sector privado, ONGs y la propia sociedad civil organizada, tomando en consideración que la Seguridad Ciudadana debe asumirse como una responsabilidad compartida del gobierno y la comunidad.

(4) La disposición de sus gobiernos en emprender esfuerzos para introducir reformas legales e institucionales, en caso de ser necesario, para fortalecer los órganos involucrados en el sistema de Seguridad Ciudadana, fomentar la coordinación interinstitucional y la formación y capacitación de recursos humanos, con vistas a optimizar las acciones nacionales y regionales en materia de Seguridad Ciudadana.

(5) La necesidad de destacar y promover la acción en Seguridad Ciudadana que tienda a fortalecer y potenciar las capacidades de las comunidades como agentes preventivos ante la violencia y la criminalidad, considerando que la participación ciudadana es un elemento clave para avanzar en la consolidación de valores y normas comunitarias de respeto y solidaridad que permitan una mejor convivencia social.

(6) La importancia, para la Seguridad Ciudadana, de la cuestión del control del comercio, de la posesión y del uso de armas de fuego y municiones, así como de las iniciativas de desarme, y la eficacia de la regulación legal de dichas actividades, inclusive en regiones de frontera.

Livro da Casa 2º.pmd 169 24/11/2005, 14:18

(7) La relevancia de la prevención terciaria, entendida como todas las acciones que desde el Estado y la comunidad permitan generar para los involucrados condiciones de convivencia ciudadana, y la constitución de políticas nacionales adecuadas. Comprométense, también, a hacer esfuerzos para fomentar la cooperación regional e internacional en ese sector.

(8) Su acuerdo en aprobar el siguiente Programa de Acción y de someter a la próxima Cumbre de la Comunidad Sudamericana de Naciones la recomendación de establecer los mecanismos necesarios para su implementación:

Programa de Acción Sudamericano de Seguridad Ciudadana

Con vistas a iniciar la concreción de los principios y las directrices arriba mencionados, los Ministros de Justicia, de Interior, Defensa y de Seguridad Ciudadana de los países de la CASA deciden:

(1) Construir una red integrada en el área de Seguridad Ciudadana, que permita una acumulación de conocimiento y experiencias, así como un intercambio eficaz de los mismos, segun las legislaciones nacionales lo autoricen, por medio de la difusión de buenas prácticas, del acceso a las fuentes y de la información oportuna de todas las formas y manifestaciones de los fenómenos de la violencia y criminalidad.

(2) Fomentar el conocimiento comparado del fenómeno de la violencia y criminalidad en Sudamérica, el conocimiento

Livro da Casa 2º.pmd 170 24/11/2005, 14:18



sistematizado de buenas prácticas, el análisis de las herramientas de diagnóstico y los programas de reformas institucionales ya emprendidas. Uno de los instrumentos para lograr dicho objetivo podrá ser el intercambio entre los observatorios de prevención de violencia y criminalidad provenientes de los diversos países, con vistas a la creación de un observatorio sudamericano.

(3) Iniciar un análisis de herramientas programáticas concretas de acción y estudio de los instrumentos de intercambio de formas de administración del conocimiento, que suministren elementos suficientes de juicio que permitan elaborar un esquema para el establecimiento e implementación de la red.

(4) Fomentar la cooperación proveniente tanto de fuentes estatales, privadas o de organizaciones internacionales y regionales en los diversos campos relativos a la Seguridad Ciudadana, mediante capacitación y entrenamiento, intercambio de especialistas, de experiencias y buenas prácticas.

(5) Recomendar la realización de consultas intergubernamentales de forma periódica en el campo de la seguridad ciudadana.

(6) Avanzar en los mecanismos que se vienen desarrollando en el ámbito de la Seguridad Ciudadana, tales como: intercambio de misiones técnicas para visitas de trabajo y pasantías, realización de seminarios y talleres, análisis de fuentes especiales de financiamiento y promoción de la inserción de organismos académicos.

Livro da Casa 2º.pmd 171 24/11/2005, 14:18









SOUTH AMERICAN COMMUNITY OF NATIONS

Documents

Cusco Declaration on The South American Community of Nations









Cusco Declaration on The South American Community of Nations

The Presidents of the countries of South America, gathered in the city of Cusco in the occasion of the celebration of the libertarian deeds of Junin and Ayacucho and the convening of the Anfictionic Congress of Panama, following the example of the Libertador Simón Bolivar, of the Great Marshall of Ayacucho Antonio José de Sucre, of the Libertador José de San Martín, of our peoples and independence heroes who built, without borders, the great American Fatherland, and interpreting the aspirations and longings of their peoples in favour of integration, unity and the construction of a common future, have decided to form the South American Community of Nations.

I. The South American Community of Nations is established keeping in mind:

The shared history and solidarity of our Nations, which from the feats of independence have confronted common internal and external challenges, demonstrates that our countries possess potentialities not yet developed to better utilize their regional capabilities and to strengthen their negotiation capacity and international projection;

Livro da Casa 2º.pmd 177 24/11/2005, 14:18

The political and philosophical thought born in their tradition that, acknowledging the preeminence of the human being, of his dignity and rights, the plurality of peoples and cultures, has consolidated a shared South American identity and common values, such as democracy, solidarity, human rights, freedom, social justice, respect for territorial integrity, diversity, non discrimination and the affirmation of their autonomy, the equal sovereignty of states and the peaceful solution of controversies;

The convergence of their political, economic, social, cultural and security interests as a potential factor for the strengthening and development of their internal capacities to achieve a better international insertion;

The conviction that the access to better standards of living for their peoples and the promotion of economic development cannot be reduced to sustained economic growth policies, but should also include strategies that, together with a responsible environmental consciousness and the recognition of asymmetries in the development of their countries, assure a more just and equal distribution of income, access to education, social cohesion and inclusion, as well as the preservation of the environment and the promotion of sustainable development;

In this context, the development of the interior regions of the South American space will contribute to deepen the communitarian project, as well as improve the quality of life in these areas of lesser relative development;

Their essential commitment with the fight against poverty, the elimination of hunger, the generation of dignified employment and the access of all to healthcare and education as fundamental tools for the development of their peoples;

Livro da Casa 2º.pmd 178 24/11/2005, 14:18



Their identification with the values of peace and international security, based on the affirmation of the validity of International Law and of a renewed and democratic multilateralism, that integrates economic and social development in the world agenda in an effective and decisive manner;

The common belonging to democratic systems of government and a concept of governance founded on the participation of citizens that increases the transparency in the conducting of public and private affairs, and exerts power with strict respect to the rule of law, in accordance with the Inter American Democratic Charter, in a context of a fight against corruption at all levels;

Their determination to develop an integrated South American space in the political, social, economic, environmental and infrastructure dimensions, that strengthens the South American identity and contributes, from a sub-regional perspective and in articulation with other experiences of regional integration, to the strengthening of Latin America and the Caribbean and provides it with a greater gravitation and representation in international forums;

Our conviction that the realization of the shared values and interests that unite us, in addition to the commitment of our Governments, will only be viable to the extent that the peoples have a protagonist role in this process. South American integration is and must be an integration of the peoples.

II. The integrated South American space will be developed and perfected by implementing the following processes:

Livro da Casa 2º.pmd 179 24/11/2005, 14:18

- Political and diplomatic agreement and coordination that affirms the region as a differentiated and dynamic factor in its external relations.

- Deepening of the convergence between MERCOSUR and the Andean Community and Chile, through the perfecting of the free trade area, based on what is established in Resolution 59 of the XIII Council of Ministers of ALADI of October 18, 2004, and its evolution to superior phases of economic, social and institutional integration. The Governments of Suriname and Guyana will be associated to this process, without prejudice of their obligations under the revised Chaguaramas Treaty.

- The physical, energy and communications integration of South America, on the basis of deepening existing bilateral, regional and sub regional current experiences, taking into account innovative financial mechanisms and existing sector proposals that allow a better flow of investments in physical infrastructure for the region.

- The harmonization of policies that promote rural, agricultural and food-processing development.

- The transfer of technology and horizontal cooperation in all areas of science, education and culture.

- The growing interaction between businesses and civil society in the integration dynamic of this South American space, taking into account the business sector social responsibility.

Livro da Casa 2º.pmd 180 24/11/2005, 14:18



III. The Action of the South American Community of Nations:

The South American Community of Nations will progressively establish and implement its levels and areas of joint action, promoting the convergence on the basis of existing institutions, avoiding the duplication of efforts and superposition of efforts and without incurring in new spending;

The Ministers of Foreign Affairs will prepare a concrete proposal of courses of action that considers, among other aspects, the meetings of Heads of State as the maximum level of political conduction and of Ministers of Foreign Affairs as the executive decision level of the process. The Ministers will count on the cooperation of the Chairman of the Permanent Committee of Representatives of MERCOSUR, of the Director of the MERCOSUR Secretariat, of the General Secretary of the Andean Community, the General Secretary of ALADI and the Permanent Secretariat of the Amazon Cooperation Treaty Organization, as well as of other schemes of cooperation and sub regional integration. The meetings of Heads of State and Ministers of Foreign Affairs will substitute the South American Summits.

The Government of Peru will exercise the Pro Tempore Secretariat until the first meeting of the South American Community of Nations Heads of State, that shall be held in Brazil in the year 2005. The second meeting will take place in Bolivia.

Signed in the city of Cusco, on the eighth day of the month of December 2004.

Livro da Casa 2º.pmd 181 24/11/2005, 14:18









DECLARATION OF AYACUCHO 2004

Declaration of Ayacucho 2004

1) Invited by the President of Peru, the Heads of State of the Republic of Bolivia, of the Co-operative Republic of Guyana, of the Republic of Panama, of the Republic of Suriname, of the Bolivarian Republic of Venezuela, and High Representatives of the Republic of Argentina, of the Federative Republic of Brazil, of the Republic of Colombia, of the Republic of Chile, of the Republic of Ecuador, of the United States of Mexico, of the Republic of Paraguay, of the Oriental Republic of Uruguay, participated in the commemorative acts of the 180 years of the Battles of Junin and Ayacucho that sealed the Independence of Hispanic America, as well as the historic summoning from Lima, of the Anfictionic Congress of Panama, where the Libertador Simón Bolívar and the Great Marshall of Ayacucho Antonio José de Sucre raised up to the status of emblematic figures.

2) On the basis of a shared culture and history, of a geographical continuity, as well as a common prospect of integration, the Presidents ratify our ideals of freedom, equality and solidarity, which supported the struggle for the Independence of our peoples.

Livro da Casa 2º.pmd 185 24/11/2005, 14:18

3) Thirty years after the Declaration of Ayacucho of 1974, we have progressed toward the consolidation of the enforcement of Human Rights, democratic values and rule of law and we continue to unfold our biggest efforts to achieve an economic and social development which shall foster among other values, social justice, liberty, equality, tolerance and respect for the environment, taking into consideration the urgent needs of the poorest and the requirements of small and vulnerable economies of South America.

4) Today, meeting in a place which was one of the most important scenarios for the achievement of the independence of Hispanic America, we greet the constitution of the South American Community of Nations, which materializes the will stated by the South American Heads of State in the Declaration of Brasilia of 2000 and the Declaration of Guayaquil of 2002.

5) Likewise, we emphasize the importance of the commitments undertaken to make effective the South American Peace Zone and we commit ourselves to promote a culture of peace which will make possible plural societies identified with key common purposes.

6) We reaffirm our commitment to the effective application of the Inter-American Democratic Charter adopted in Lima on 11th September 2001, and we reiterate our will to deploy the efforts to strengthen the mecanisms that promote and defend this instrument.

Livro da Casa 2º.pmd 186 24/11/2005, 14:18



7) We reiterate the need to finish the work made in the frame of the OAS for the adoption of the Social Charter of the Americas, which will favor the reign of Social, Economic and Cultural rights for the benefit of our people.

8) We reaffirm our full support to the initiative for the Integration of the South American Regional Infrastructure (IIRSA in Spanish) and the advances made, particularly to the "Consensual Agenda of Implementation 2005-2010" and the portfolio of IIRSA projects. In this sense, welcoming the proposal formulated in the Sixth Meeting of the Committee of the Executive Direction, we sign the map which contains the projects initially included in the aforementioned Agenda.

9) We reiterate the sovereign right of States to define their national priorities of security, as well as their proper plans and actions in accordance with their legal order and in full observance of International Law and the Charters of the Organization of American States and of the United Nations.

10) On the other hand, we assert that the security of our citizens and the need to face new threats are closely linked to the right to the economic and social development of the people. Therefore, we agree to hold a meeting on Citizen Security and related subjects, in the city of Fortaleza, State of Ceará, Federative Republic of Brazil, in July of 2005.

11) Likewise, with a view to discuss other important aspects related to the economic and and social development of the region, we summon the following conferences:

Livro da Casa 2º.pmd 187 24/11/2005, 14:18

a) Conference of Ministers in charge of social programs (second quarter of 2005), for the purpose of establishing a South American Plan of Accion for Decent Employment.

b) Special International Conference, at a ministerial level, of developing countrieswith a substancial international flow of migrants (first semester 2005, Lima, Perú) for the purpose of assembling lines of action which will enable us to address the multiple dimensions of the migratory phenomenon, taking into consideration the advances, initiatives and recommendations of the V South American Conference on Migrations that took place in the city of La Paz, Bolivia, the 25th and 26th of November 2004.

12) We recognise the significant contribution of regional Parliaments in the construction of the process of integration and we express our satisfaction for the constitution of the South American Inter-parliamentary Union, conformed by the meetings of the Joint Parliamentary Commission of Mercosur, the Andean Parliament and representatives of the Congress of Chile.

13) The Presidents and the Heads of State present, express our most vivid gratefulness to the President of Peru for having promoted the discussion on crucial topics for the region, in such a significant encounter, as well as for the organization of the III South American Summit and for the courtesies offered.

Signed in Ayacucho, on the 9th day of the month of December of 2004.

Livro da Casa 2º.pmd 188 24/11/2005, 14:18

PRESIDENTIAL DECLARATION AND PRIORITY AGENDA









Presidential Declaration and Priority Agenda

In fulfillment of the Cuzco Presidential Declaration of 8 December 2004, and inspired by shared values such as democracy, solidarity, human rights, freedom, social justice, respect for territorial integrity, diversity, non-discrimination and the assertion of independence, the sovereign equality of States and the peaceful settlement of disputes, the Presidents and Heads of State of the countries of the South American Community of Nations, gathered in Brasilia, 29-30 September 2005, hereby declare:

Introduction

1. The essence of the South American Community of Nations is the political understanding and social and economic integration of the peoples of South America.

2. The South American Community of Nations will strengthen the identity of South America and contribute, in conjunction with other experiences in regional and sub-regional coordination, to strengthening the integration of the peoples of Latin America and the Caribbean.

Livro da Casa 2º.pmd 191 24/11/2005, 14:18

3. The reciprocal association of Member States of MERCOSUR and CAN, as well as the association of Suriname, Guyana and Chile, are essential to the establishment of the South American Community of Nations, the ultimate objective of which is the union of South America.

4. The objective of the South American Community of Nations is to strengthen the shared values and principles set forth in the Cuzco Presidential Declaration.

5. In the economic field, the objectives of the South American Community of Nations include the progress and consolidation of the convergence process aimed at the establishment of a South American free trade area, with a view to its enhancement, as well as the promotion of economic growth and the reduction of asymmetries, whenever possible, through the economic complementation of the South American countries.

6. To this end, and in accordance with the Cuzco Declaration, the parties decided to commission, taking into consideration Resolution 59 of the ALADI Council of Ministers, the General Secretariat of ALADI to prepare, in coordination with the General Secretariat of the Andean Community and the Technical Secretariat of MERCOSUR, a proposal on CAN – MERCOSUR convergence and other trade agreements in the region, with a view to enhancing a South American free trade area, taking into account special and differentiated treatment. The Community's efforts will focus primarily on promoting improved living standards, creating decent jobs, the fair distribution of income and the delivery of social benefits to their inhabitants.

Livro da Casa 2º.pmd 192 24/11/2005, 14:18



Organization

7. The establishment of the South American Community of Nations will be based on existing institutions, preventing duplication and overlapping of efforts, as well as new expenditures, establishing coordination among the Ministries of External Relations, with the support of the existing integration bodies, and enhancing its functioning.

8. The Meetings of the Heads of State constitute the Community's highest level of political direction. The meetings will be convened annually and held in all member countries, preferably in alphabetical order.

9. The primary objectives of the meetings of Ministers of External Relations are to: promote political dialogue, prepare the Meetings of the Heads of State and adopt the executive decisions on implementing the presidential directives. They will be held biannually.

10. The Deputy Ministers of External Relations will coordinate the positions of the countries of the Community and prepare the Meetings of the Ministers.

11. The Sectoral Ministerial Meetings will be convened by the Heads of State and consider and promote specific projects and policies related to South American integration in areas such as health, education, culture, science and technology, citizen security, energy, transportation and communications infrastructure and sustainable

Livro da Casa 2º.pmd 193 24/11/2005, 14:18

development. To this end, these meetings will take place using existing mechanisms in MERCOSUR and CAN.

12. The infrastructure meetings will promote the implementation of the agreed priority projects agenda of the South American Regional Infrastructure Integration Initiative (IIRSA), inter alia, taking into consideration the national, bilateral and regional development plans, and include the participation of the communities involved and environmental protection.

13. The political and diplomatic coordination and consultation capable of enabling the region to become a distinct and dynamic factor in the context of its external relations is a primary objective of the South American Community of Nations, which, at this stage, will be manifested through discussions and exchanges of information on issues of mutual interest. The Community's decisions will be adopted by consensus.

14. The Pro Tempore Secretariat of the South American Community of Nations will be exercised by each member state on a rotating basis, for a period of one year, which will conclude at the Meeting of Heads of State. Brazil will exercise the Pro Tempore Secretariat until the Second Meeting of the Heads of State of the South American Community of Nations, scheduled to be held in Bolivia in 2006.

15. The Community "Troika" will consist of the host country of the Meeting of Presidents, the host country of previous year's meeting and the host of the following year's meeting. The "Troika" will support the activities of the Pro Tempore Secretariat.

Livro da Casa 2º.pmd 194 24/11/2005, 14:18



Priority Agenda

16. The priority action areas of the South American Community of Nations are:

- political dialogue,
- physical integration;
- the environment;
- energy integration;
- South American financial mechanisms;
- asymmetries;
- promotion of social cohesion, social inclusion and social justice; and
- telecommunications.

17. We request that the Regional Integration Institutions submit to the Ministries of External Relations and other interested Ministries their suggestions to develop proposals and specific work plans in the areas set forth in the paragraph above. These work plans should be undertaken without delay and presented no later than the first half of 2006.

18. With regard to the reduction of asymmetries, we have requested that the General Secretariat of CAN, the Technical Secretariat of MERCOSUR, the General Secretariat of ALADI, the Permanent Secretariat of SELA, the Permanent Secretariat of the OTCA, the Secretariat of CARICOM and ECLAC prepare a discussion paper for the "Forum: A New Approach to the Asymmetries in South American Integration" meeting convened by

Livro da Casa 2º.pmd 195 24/11/2005, 14:18

Bolivia and scheduled to be held in La Paz on 21 October 2005, and anticipate that the Forum will offer recommendations to reduce asymmetries in the region and ensure that economic relations produce benefits for all people.

19. The secretariats referred to above will, similarly, assist the Pro Tempore Secretariat on technical issues within their mandates and related to this Declaration.

Livro da Casa 2º.pmd 196 24/11/2005, 14:18

PROGRAM OF ACTION

Program of Action

1. The institutional ties between MERCOSUR and CAN will be strengthened through the reciprocal association mechanism between the Member States of the two bodies, with the participation of Chile, Guyana and Suriname.

2. With regard to the provisions of paragraph 13 of the Presidential Declaration, a South American consultation and political coordination forum will be set up, consisting of the Mercosur FCCP, the Common Foreign Policy Coordinators Mechanism of the Andean Community and representatives from Guyana and Suriname.

3. The Pro Tempore Secretariat will undertake consultations with a view to issuing declarations agreed to by all members on international and regional situations of mutual interest.

4. The countries of the Community may submit agreed projects of mutual interest to international and regional bodies.

5. Joint meetings of the bodies of MERCOSUR, CAN, Chile, Guyana and Suriname responsible for similar matters will be scheduled according to a previously established timetable.

Livro da Casa 2º.pmd 199 24/11/2005, 14:18

6. The secretariats of CAN and MERCOSUR will review the agreements reached by CAN and MERCOSUR in the political and social fields with a view to undertaking joint analyses with Chile, Guyana and Suriname regarding the possibility of extending such agreements to all South American countries.

7. The South American countries agree to negotiate a visa exemption and identity document agreement to enable their nationals to enter and transit their respective territories as tourists.

8. The Pro Tempore Secretariat will request the secretariats of ALADI, MERCOSUR, CAN and CARICOM, with the participation of Chile, Guyana and Suriname, to undertake, no later than the first half of 2006, studies on the convergence of economic complementation agreements among the South American countries. These studies must include the objective of gradually establishing a South American free-trade zone as well as the complementation of the South American economies and the promotion of regional growth and development, while taking into consideration the reduction of existing asymmetries and - in the case of the Member States of ALADI - the preservation of the advances achieved in Resolution 59 of the ALADI Council of Ministers.

9. On 21 October, a forum on new approaches for addressing the asymmetries in South American integration will be held in La Paz.

10. The Pro Tempore Secretariat will invite all countries to develop programs to eliminate Foot-and-Mouth Disease, when deemed necessary or pertinent, and/or to join to the

Livro da Casa 2º.pmd 200 24/11/2005, 14:18



MERCOSUR Foot-and-Mouth Disease-Free Action Program (Dec. CMC 8/05).

11. The Pro Tempore Secretariat will promote South American negotiating rounds to encourage more optimal use of the economic complementation agreements signed between South American countries. Other Latin American and Caribbean countries may be invited to these negotiating rounds.

12. The coordination of trade promotion and reciprocal investment programs among the countries of the South American Community will be encouraged, taking into consideration, inter alia, Brazil's experience with the Competitive Import Substitution Program.

13. The countries of the Community of South American Nations will exchange experiences on trade facilitation, the complementation of productive chains and the integration of border regions. The Pro Tempore Secretariat will convene a meeting to exchange experiences on border cooperation.

14. Impetus will be given to concluding priority projects for South American integration in the fields of transportation, energy and communications infrastructure, based on the deepening of existing bilateral, sub-regional and regional experiences. On this point, the South American Regional Infrastructure Integration Initiative (IIRSA) is considered as an appropriate framework for all of the South American countries, that, given the technical, social, environmental and economic viability of the projects, has prepared

Livro da Casa 2º.pmd 201 24/11/2005, 14:18

a Consensus Implementation Agenda, for which the countries manifested their support in the 2004 Ayacucho Declaration.

15. Considering that water is a sovereign natural resource of unquestionable strategic importance to the region, the Community of South American Nations reiterates its firm determination to safeguard its rational, equitable, just and sustainable use, while preserving its sources. In this context, meetings and seminars will be promoted to exchange experiences on this issue.

16. In light of the conclusions emerging from the South American Air Transport Meeting held in Brasilia, 29 and 30 September, the Pro Tempore Secretariat will convene a meeting of civil aviation authorities and Ministers of Tourism to review the bases for a South American flight-connection program to promote tourism and regional trade within the framework of existing agreements.

17. Reaffirm the importance of energy integration in South America. Approve of the outcomes of the I Meeting of Ministers of Energy of the South American Community of Nations held in Caracas on 26 September 2005, at which the parties decided to continue adopting concrete steps within the context of the Petroamerica initiative, taking into account the principles contained in their Declaration.

Reiterate the invitation to all South American countries to consider taking part in a review process of a regional energy

Livro da Casa 2º.pmd 202 24/11/2005, 14:18



complementation agreement as proposed by Uruguay at the Meeting of Ministers of Energy of Mercosur, Chile, Peru and Bolivia held in Montevideo on 22 August 2005.

Urge, moreover, the Ministers of the countries involved in the Southern Gas Pipeline initiative to move forward, in the shortest time possible, with the development of this project, by fulfilling the institutional, legal, technical and economic aspects capable of ensuring its timely implementation.

18. The Pro Tempore Secretariat will request regional financial institutions to assist, in conjunction with national development banks and institutions, the work of the Sectoral Process aimed at identifying innovative mechanisms and finding solutions that enable the financing of the IIRSA Strategic Projects.

19. The CAF member countries will undertake efforts to enable all South American countries to join the financial institution as full category A partners, at their request.

20. The Pro Tempore Secretariat will hold a workshop with representatives of the public and private sector and regional financial institutions to discuss alternative methods for funding economic investment and social cohesion projects under the most favorable conditions, and aimed especially at supporting small- and medium-sized businesses and cooperatives.

21. A technical work group will be established with the participation of the governmental agencies responsible for

Livro da Casa 2º.pmd 203 24/11/2005, 14:18

formulating the policies, rules and regulations governing communications and Internet services, with a view to examining the possibility of stimulating the development of an infrastructure network, which is a necessary feature of a regional information society, that includes Internet exchange points, regional networks and primary servers, taking into account the specific situation and needs of the region.

22. A dengue and malaria eradication program will be developed in all of the countries of South America.

23. In light of the urgent need to achieve progress in overcoming social inequality in South America, the Pro Tempore Secretariat of the Community of South American Nations will convene a meeting of experts and officials responsible for government social development, anti-poverty and social emergency programs for purposes of recommending, in a timely manner, proposed actions to address these questions.

24. The Ministers of Tourism will analyze, in the second half of 2005, a cooperation program to promote ethical responsibility in tourism, with special attention given to preventing the exploitation of children and adolescents and the effects of tourism on the environment.

25. Considering that environmental issues are part of the priority agenda for South American integration, the parties agree to convene a meeting of the South American countries in Quito, in the first half of 2006, with the participation of academic institutions

Livro da Casa 2º.pmd 204 24/11/2005, 14:18



and regional and sub-regional governmental organizations to analyze issues of mutual interest on this subject.

26. The participation of society as a whole to facilitate the dissemination of integration efforts and South American realities through various communication, educational, information and cultural channels will be promoted, with full respect assured for freedom of the press and the right of peoples to information.

27. The Ministers of Culture and their equivalents will meet in the first half of 2006 to study a proposal for a South American cultural agenda. This agenda may include, inter alia, a rotating cultural festival, joint film productions and a South American cultural award.

28. A South American science and technology fair will be held on a rotating basis every two years. Joint science and technology research projects will be stimulated. A South American science and technology award will be established.

29. An Innovation, Research and Development Cooperation Plan will be developed, with special emphasis given to science and technology issues and their application to the development of production and services, with specific focus on expanding the potential of the region's natural resources, as well as value-added generating industries, while taking into account existing programs.

30. A registry of existing international instruments on the mutual recognition of professional titles and university diplomas will be developed with the collaboration of the Andrés Bello

Livro da Casa 2º.pmd 205 24/11/2005, 14:18

Agreement, with a view to undertaking an assessment of those instruments and considering possible improvements through the negotiation of supplementary texts deemed pertinent.

Livro da Casa 2º.pmd 206 24/11/2005, 14:18

Declaration on the Convergence of Integration Processes in South America









Declaration on the Convergence of Integration Processes in South America

In accordance with the Cuzco Presidential Declaration of 8 December 2004, and considering that South American integration is and must be integration of the peoples for the establishment of an integrated South American space, the Presidents of the South American Community of Nations hereby decide:

1. To promote convergence of the Economic Complementation Agreements among the countries of South America.

2. To request the ALADI, MERCOSUR, CAN and CARICOM Secretariats to prepare, in cooperation with Chile, Guyana, and Suriname, no later than the first semester of 2006, studies on the convergence of economic complementation agreements among the countries of South America. These studies should contemplate the objective of the gradual establishment of a South American free trade zone as well as the complementation of the economies of the South American countries and the promotion of their growth and development, taking into consideration the reduction of existing asymmetries and in the case of member states of ALADI preserving the advances achieved in Resolution 59 of ALADI's Council of Ministers

Livro da Casa 2º.pmd 209 24/11/2005, 14:18









DECLARATION ON INFRASTRUCTURE INTEGRATION









Declaration on Infrastructure Integration

In accordance with the Cuzco Presidential Declaration of 8 December 2004, and interpreting the aspirations of their peoples for the construction of an integrated South American space, the Presidents of the South American Community of Nations hereby decide to:

1. Accelerate the implementation of priority projects to integrate South America's infrastructure, transportation, and communications.

2. Promote funding alternatives that take into account the financial realities of the South American countries, preserve the regulatory capacity and the decision-making independence of the States and promote the necessary investments for implementing the priority projects for the integration of infrastructure of transport, energy, and communications in South America identified by the countries and contained in the "IIRSA Portfolio".

3. The Pro Tempore Secretariat will request that the regional financial bodies advance, in conjunction with national

Livro da Casa 2º.pmd 213 24/11/2005, 14:18

development banks and institutions, the Sectoral Process efforts to identify innovative mechanisms and find solutions to enable funding the IIRSA Strategic Projects Portfolio.

4. Convene a ministerial meeting in the field of transportation, public works and planning to identify, based on existing bilateral, regional and sub-regional experiences, the restrictions affecting projects in these areas and propose a program of action containing concrete measures to accelerate the implementation of priority projects related to physical integration.

5. Establish a technical work group with the participation of government agencies responsible for formulating the policies, rules and regulations governing communications and Internet services, with a view to examining the possibility of stimulating the development of an infrastructure network, which is an indispensable feature of a regional information society, that includes Internet exchange points, regional networks and primary servers, while taking into account the specific situation and needs of the region.

6. Reaffirm the importance of energy integration in South America. Approve of the outcomes of the I Meeting of Ministers of Energy of the South American Community of Nations held in Caracas on 26 September 2005, at which the parties decided to continue adopting concrete steps within the context of the Petroamerica initiative, taking into account the principles contained in their Declaration.

Livro da Casa 2º.pmd 214 24/11/2005, 14:18



Reiterate the invitation to all South American countries to consider taking part in a review process of a regional energy complementation agreement as proposed by Uruguay at the Meeting of Ministers of Energy of Mercosur, Chile, Peru and Bolivia held in Montevideo on 22 August 2005.

Urge, moreover, the Ministers of the countries involved in the Southern Gas Pipeline initiative to move forward, in the shortest time possible, with the development of this project, by fulfilling the institutional, legal, technical and economic aspects capable of ensuring its timely implementation.

Livro da Casa 2º.pmd 215 24/11/2005, 14:18









DECISION ON THE PROPOSALS MADE DURING THE PRESIDENTIAL DIALOGUE









DECISION ON THE PROPOSALS MADE DURING THE PRESIDENTIAL DIALOGUE

In addition to the decisions contained in the documents approved, the Presidents advanced a number of proposals for concrete actions for the Community.

In this context, the Presidents instructed the Ministerial Meetings and the *Pro Tempore* Secretariat to carry out promptly, with the contribution of the Regional Integration Institutions, the following directives:

a) to establish a timetable for the beginning of the implementation of projects of integration in the field of transportation infrastructure;

b) to promote South-American integration in the field of services and air transport, with special attention to regional flights;

c) to define projects of integration in the social field, including universal access to healthcare programs, the eradication of illiteracy, and the establishment of scholarship and technical training programs.

Livro da Casa 2º.pmd 219 24/11/2005, 14:18









DECISION ON THE PROPOSALS MADE BY THE PRESIDENTES OF URUGUAY AND VENEZUELA









Decision on the proposals made by the Presidentes of Uruguay and Venezuela

The Presidents of the countries of the South American Community of Nations have received with satisfaction the recommendations put forth by Presidents Tabaré Vásquez and Hugo Chávez Friás in their letter of 10 August 2005. The recommendations are a valuable contribution to strengthening integration and solidarity among the peoples of South America.

The Presidents are gratified to note that many of such recommendations are already reflected in the Declarations and Program of Action approved by the I Meeting of Heads of State of the countries of the Community.

With a view to a prompt decision on these issues, the Presidents of the countries of the Community decided to instruct the Pro Tempore Secretariat to undertake the pertinent consultations within 90 days.

Livro da Casa 2º.pmd 223 24/11/2005, 14:18









Declaration on the Follow-Up to The South America – Arab Counties Summit

Declaration on the Follow-Up to The South America – Arab Counties Summit

The Heads of State of the South American Countries, having gathered in Brasilia, 29 and 30 September 2005, reiterate the importance of the South America – Arab Countries Summit held in this same city, on May 10 and 11, and stress the need to build on the favorable political moment and dynamic generated by the summit to strengthen and diversify relations between these two regions of the developing world.

They reaffirm their commitment to implementing the decisions and recommendations arising from the Summit.

To this end, they reaffirm their readiness to take active part in the follow-up activities set forth in the Brasilia Declaration, particularly the Algiers (19-20 November 2005) and Aleppo (14-15 December 2005) meetings on the Arab-South America Library, the Cairo Meeting of High Representatives (29-30 November 2005) and the ministerial meetings on culture and economic issues to be held in Algiers and Quito, respectively, in the first half of 2006.

Livro da Casa 2º.pmd 227 24/11/2005, 14:18

DECLARATION
ON THE SUMMIT SOUTH AMERICAN COMMUNITY OF NATIONS / AFRICAN UNION









Declaration on the Summit South American Community Of Nations / African Union

The Presidents express their satisfaction with the proposal by President of Nigeria Olosegun Obasanjo of a meeting between the Heads of State and Government of the South American Community of Nations and the African Union and instruct the Troika to undertake the pertinent consultations with a view to its preparation.

Livro da Casa 2º.pmd 231 24/11/2005, 14:18

JOINT DECLARATION OF THE PRESIDENTS OF THE SOUTH AMERICAN COMMUNITY OF NATIONS ON THE SUPPORT FOR THE EFFORTS FOR THE ESTABLISHMENT OF PEACE IN COLOMBIA









Joint Declaration of the Presidents of the South American Community of Nations on the support for the efforts for the establishment of peace in Colombia

The Presidents of the South American Nations, gathered on the occasion of the First Meeting of Heads of State of the South American Community of Nations, held in Brasilia on 30 September 2005, expressed their gratitude and support for the efforts currently being made in Colombia for achieving peace. They welcomed the progressed achieved in collective and individual demobilization and the disarmament of more than 18.600 of members of illegal armed groups and recognized the support of the Organization of American States through the Mission to Support the Peace Process in Colombia.

The Presidents also expressed the importance of the process of reintegration and of the support to the communities where demobilization is taking place in order to attain a sustainable peace process, in strict respect for human rights and international humanitarian law.

The Presidents recognized that for the demobilization, disarmament and reintegration process, as well as for the OAS Mission, to attain their goals, is necessary to count upon the cooperation of the international community.

In this context, the Presidents expressed their interest in strengthening the support for the Mission, with a view to enable it

Livro da Casa 2º.pmd 235 24/11/2005, 14:18

to fully accomplish the mandate established by the OAS Permanent Council, and invited the Secretary General of OAS to inform to the countries of the South American Community of Nations, within the next 30 days, on the best means to materialize this support.

Livro da Casa 2º.pmd 236 24/11/2005, 14:18

DECLARATION OF CARACAS ON THE OCCASION OF THE I MEETING OF MINISTERS OF ENERGY OF THE SOUTH AMERICAN COMMUNITY OF NATIONS

Declaration of Caracas on the occasion of the I Meeting of Ministers of Energy of the South American Community of Nations

We the Ministers of Energy and high level representatives of the Governments of Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Paraguay, Peru, Uruguay, Surinam and Venezuela; gathered in Caracas, Venezuela, on September 26, 2005, as agreed in the Declaration of Ministers of Foreign Affairs of the South American Community of Nations, in Guayaquil, on August 2, 2005, recognizing that, despite the advances in the integration in energy sector in South American region, and the enormous potential of energetic resources in the region, South America still faces serious challenges to assure its supply of energy, and also:

Bearing in mind the following precedents concerning previous meetings and declarations of integration:

Resolution XXXIV/D/420, of the Latin American Energy Organization (OLADE) on energetic integration, signed in October 2003;

The Declaration of the I Meeting of South American Ministers of Energy on integration of the Energy sector, in the Island of Margarita, signed by Argentina, Bolivia, Brazil and Venezuela, on 29 October, 2004, whereby the implementation of concrete actions towards the establishment of PETROSUR is declared;

The conceptual foundations for the establishment of PETROSUR's Secretariat, signed by the Ministers of Energy of Argentina, Brazil and Venezuela in Brasilia, on May 10, 2005;

Livro da Casa 2º.pmd 239 24/11/2005, 14:18

The Agreement of Accession of the Oriental Republic of Uruguay to PETROSUR's Secretariat, in Montevideo, on August 10, 2005;

The Declaration of PETROCARIBE issued on June 29, 2005, in Puerto La Cruz, Venezuela;

The II Meeting of Ministers of Energy of MERCOSUR, Chile, Peru and Bolivia, held in Montevideo, Uruguay, on August 22, 2005;

The presentation of the strategy of PETROAMERICA made by Venezuela on this Meeting;

CONSIDERING that the strategy of PETROAMERICA seeks to constitute a geopolitical tool based on the identification of mechanisms of cooperation in the energy sector and integration, as the grounds to social and economic improvement of its peoples;

CONSIDERING that PETROAMERICA aims at becoming a multilateral agreement for the coordination of energetic policies in order to foster regional integration and to speed the decision-making, leading, thus, to the successful culmination of the integration processes;

CONSIDERING that PETROAMERICA seeks to identify complementarities and benefit from the energetic potentials and the benefits of the exchanges in order to solve the energetic, economic and social asymmetries of the region;

ASSUMING that the PETROAMERICA initiative aims at the energetic integration in the energy sector through a framework which will speed the bilateral agreements on energy;

Livro da Casa 2º.pmd 240 24/11/2005, 14:18

Declaration of Caracas on the occasion of the I Meeting of Ministers of Energy of the South American Community of Nations



AWARE of the need of integration in the energy sector to further emphasize the social development of our peoples;

DETERMINED to search as a fundamental objective of the integration processes, for the benefit or our peoples, the best access in terms of availability and costs;

CONVINCED that all countries have the right to make their peoples', sovereignty be respected in order to ensure the interests of their nations and their autonomy in the use and management of their energy resources;

CONSIDERING that the strategy PETROAMERICA does not limit itself to the hydrocarbons sector but it comprehends the energy sector as a whole;

AWARE that the integration in the energy sector is very important to consolidate the regional integration;

We Agree:

TO CONTINUE taking concrete steps in the PETROAMERICA initiative aiming at materializing the integration in the energy sector of our countries, based on the following principles:

- The Cooperation and Complementation among the South American countries;
- The solidarity among the peoples;
- The respect for Sovereignty and Self-determination of the peoples;

Livro da Casa 2º.pmd 241 24/11/2005, 14:18

- The sovereign right to establish the criteria that will assure the sustainable development in the use of renewable and non-renewable natural resources, as well as to administrate the rate of exploitation of non-renewable natural resources;
- The regional integration in the search for complementarities among the countries in the balanced use of the resources for the development of their peoples;
- The respect for the different forms of property which each State develops their energy resources.

APPOINT the Minister of Energy and Oil from the Bolivarian Republic of Venezuela as the rapporteur on the Agreements reached in this meeting, before the Summit of Heads of State of the South American Community of Nations to be held in the city of Brasília, on 29 and 30 September, 2005.

INVITE the countries present in this meeting to consider joining the process of study of a regional energy complementation Agreement, as proposed by Uruguay in the Meeting of Ministries of Energy of MERCOSUR, Chile, Peru and Bolivia, held in Montevideo, Uruguay, on August 22, 2005.

We equally, acknowledge the Bolivarian Republic of Venezuela for its warm hospitality and the excellent organization of this meeting.

Caracas, September 26, 2005.

Livro da Casa 2º.pmd 242 24/11/2005, 14:18

Declaration on Citizen Security in South America
Fortaleza, 26.08.2005

Declaration on Citizen Security in South America
Fortaleza, 26.08.2005

Within the context of the South American Community of Nations (CASA), established by the Declaration of Cusco on December 2004 and in accordance with Article 10 of the Ayacucho Declaration, released on the same occasion, the Ministers of Justice, Interior, Defense and Citizen Security of the countries of CASA gathered in Fortaleza, on August 25th and 26th 2005, considering:

THAT during the Cusco Summit, the South American Heads of State reaffirmed the need to ensure better standards of living and economic development for their peoples, which should be understood within an integral approach which comprises the guarantee of a fair and balanced income distribution, access to education, social cohesion and inclusion, as well as the preservation of the environment and the promotion of sustainable development;

THAT they recognize the work developed by Mercosur, the Andean Community and other intergovernmental and international forums and, for this reason, this work should be integrated in order to ensure the participation of all countries in the sub-continent aiming at the exchange of experiences on the matter;

Livro da Casa 2º.pmd 245 24/11/2005, 14:18

THAT on the above mentioned exchange of experiences, state responsibility plays the main role, which is also originary and cannot be delegated. It is also necessary to take into consideration the invaluable contribution of the participation of the community and the technical and financial assistance of international organisms;

THAT it is an inalienable right of the peoples of the South American countries to be given the conditions which will guarantee their development in an environment of peace, ensuring a good living standard, free from violence and crime;

THAT security is a necessary condition for freedom and, therefore, indispensable to the development of the spirit of citizenship in a democratic society. There is no democracy without freedom, and no freedom without security;

THAT from a conceptual point of view, Citizen Security is being addressed in a permanently evolving way in all South American countries. To the concern with State Security has been added that with the security of citizens, embedded with its own values, in the context of the rule of law and the protection of human rights. The political evolution and the development of universal paradigms lead Citizen Security to focus on the construction of a culture peaceful coexistence, of respect to human dignity and the democratic system. For this reason, it is necessary to build practices directed toward guaranteeing the citizens the full exercise of their rights and freedom, as well as the fulfilling of their duties in an environment free of threats and risks, allowing the recovery of institutional confidence within the community;

Livro da Casa 2º.pmd 246 24/11/2005, 14:18



THAT citizens' participation is a key element for the consolidation of South American community values and rules, such as mutual respect and solidarity, which have been a tradition in those communities;

THAT in many countries, historically, the security provided by the Government to its citizens has been insufficient, focused only on police forces and dissociated from the civil society.

THAT social inequality is one of the causes of violence and insecurity in South America. Similarly, they hinder the advance towards greater social equality;

THAT many measuring instruments and methodologies show that insecurity is one of the main concerns for South American governments and citizens nowadays. In various countries in the region, governments and civil society have been organizing themselves, in search of adequate governmental answers to violence and crime, which are common in our cities;

THAT the use of public policies on Citizen Security in border areas and for the populations that live in those areas is of utmost importance for the advance of integration and for regional security;

THAT since Citizen Security constitutes a joint action of States and social energies, it is necessary to bear in mind that public security, understood as an exclusively governmental action, demands the intervention in crimes characterized by high levels of complexity, risks and organization.

Livro da Casa 2º.pmd 247 24/11/2005, 14:18

Declare:

(1) The importance of establishing common public policies in Citizen Security through cooperation in training, exchange of information and experiences considering the existing integrating institutions, avoiding double efforts and excessive financial expenses.

(2) The need of consolidating an integral perspective which will foster the use of instruments of prevention and control of violence and crime backed and based on research and academic studies.

(3) The interest in making efforts, where law allows it, to involve new actors in the management of Citizen Security matters, such as governments with levels other than national one, governmental agencies who deal with populations in risk, as well as the private sector, NGOs and civil society, taking into consideration that Citizen Security should be regarded as a shared responsibility between Government and community.

(4) The willingness of their governments to make efforts towards institutional and legal reforms, foster inter-institutional coordination and improve capacity-building in human resources, aiming at improving actions concerning Citizen Security.

(5) The need to highlight and promote actions in Citizen Security that tend to strengthen and improve the capacities of the communities as preemptive agents in face of violence and crime,

Livro da Casa 2º.pmd 248 24/11/2005, 14:18



considering that citizen participation is a key element for advancing the consolidation of values and community norms of respect and solidarity, thus fostering better social relations.

(6) The importance for Citizen Security of commerce, possession and use of firearms and ammunition, as well as of disarmament initiatives and the effectiveness of legal regulation of those activities, including in border areas.

(7) The relevance of tertiary prevention, understood as every action that, originating in the State and in the community, allow citizen coexistence and the adoption of adequate national policies. They also commit themselves to making efforts to foster regional and international cooperation on this sector.

(8) Their agreement to approve the following Action Program and to submit to the coming Summit of the South American Community of Nations the recommendation of establishing the necessary mechanisms for its implementation.

South American Citizenship Security Action Program

In order to initiate the implementation of the principles and policies above mentioned, the Ministers of Justice, Interior, Defense and Citizen Security of the countries of the South American Community of Nations decide:

(1) To build an integrated net in the area of Citizen Security that will allow the gathering of knowledge and experiences, as well

Livro da Casa 2º.pmd 249 24/11/2005, 14:18

as an efficient exchange of information, bearing in mind the national legislations, through of the dissemination of best practices, the access to sources and the speedy information regarding all forms and manifestations of the phenomenon of violence and crime.

(2) To foster compared knowledge of the phenomenon of violence and crime in South America, a systematization of best practices, the analysis of the tools used for diagnosis and the institutional reforms already carried out. One of the instruments for achieving this objective may be the exchange of information among the observatories of prevention of violence and crime from several countries, with view to creating a South American observatory.

(3) To initiate the analysis of concrete programmatic action tools and study instruments for exchange of information management techniques, which will provide reasonable elements of judgement to allow the elaboration of a framework for establishing and implementing the above mentioned network.

(4) To foster cooperation originated from state, private or international and regional organizations in several fields related to Citizen Security, through training, exchange of experts, exchange of experiences and best practices.

(5) To recommend periodic intergovernmental meetings in the field of Citizenship Security.

(6) To advance on mechanisms that have been developed in the field of Citizen Security, such as: exchange of technical missions

Livro da Casa 2º.pmd 250 24/11/2005, 14:18



for working visits and internships, seminaries and workshops, analysis of special sources of financing and participation of academic institutions.

Livro da Casa 2º.pmd 251 24/11/2005, 14:18







